



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Relatório de Desempenho da Gestão 2023 – FUNSEG

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO – 2023 FUNSEG



**Estado do Ceará
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça**

Fortaleza, maio de 2023



SUMÁRIO

1	DESCRIÇÃO GERAL	03
2	MISSÃO	07
3	FINALIDADE	07
4	COMPETÊNCIAS	07
5	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	09
6	AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL	09
7	INDICADORES DE GESTÃO E DESEMPENHO	32
8	RESULTADOS DO PPA 2020-2023	45
9	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS	56
10	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO	59



DESCRIÇÃO GERAL, MISSÃO, FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

1 DESCRIÇÃO GERAL

A partir de determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que por meio da Resolução nº 104/2010 estabeleceu a criação de Fundo de Segurança do Judiciário para dar suporte financeiro à implantação do Plano de Segurança e Assistência aos Juízes colocados em situação de risco em razão da sua atividade jurisdicional, com o fito de garantir a implementação do plano de segurança do Poder Judiciário do Estado do Ceará, foi criado em 4 de maio de 2012, por meio da Lei Estadual nº 15.145, o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (FUNSEG).

O FUNSEG é o órgão gestor de recursos diretamente arrecadados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, com as seguintes aplicações:

- I - construção, reforma, ampliação e aprimoramento das sedes da Justiça Estadual, visando a proporcionar adequada segurança física e patrimonial aos magistrados;
- II - manutenção dos serviços de segurança;
- III - formação, aperfeiçoamento e especialização do serviço de segurança dos magistrados;
- IV - aquisição de material permanente, equipamentos e veículos especiais imprescindíveis à segurança dos magistrados;
- V - participação de representantes oficiais em eventos científicos sobre segurança de autoridades, realizados no Brasil ou no exterior; e
- VI - atividades relativas à sua própria gestão, excetuando-se despesas com os servidores já remunerados pelos cofres públicos.

Suas fontes de receitas são:

- I - de 3 a 6% (três a seis por cento) do produto da arrecadação das custas judiciais, percentual a ser definido em ato da Administração do Tribunal, na forma do art. 9º desta Lei;
- II - créditos consignados no orçamento do Estado e em leis especiais;
- III - doações, contribuições em dinheiro, valores, bem móveis e imóveis, que o FUNSEG venha a receber de organismos ou entidades nacionais e estrangeiras;
- IV - rendimentos de depósitos bancários e outras aplicações financeiras de suas próprias contas;
- V - até 100% (cem por cento) dos rendimentos obtidos a título de *spread* das contas de precatórios



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

judiciais, destinados ao Tribunal de Justiça do Estado (art. 8º- A da Resolução CNJ 115, de 29 de junho de 2010), percentual a ser definido em ato da Administração, inclusive com relação aos saldos já acumulados na data de vigência da Resolução do CNJ 115;

VI - produtos das multas contratuais, cauções ou depósitos que reverterem a crédito do Poder Judiciário, oriundas das despesas realizadas pelo FUNSEG;

VII - receitas provenientes da alienação de bens e materiais inservíveis, adquiridos mediante doação ou com recursos do Fundo;

VIII - 20% (vinte por cento) do produto da utilização do aluguel e instalações dos Fóruns do Poder Judiciário Estadual;

IX - os recursos provenientes das multas por ato atentatório ao exercício da jurisdição, nos termos da legislação processual;

X - outras fontes de financiamento, definidas em lei.

A depender do campo de atuação, o Judiciário brasileiro se divide em cinco segmentos: Justiça Federal, Estadual, Eleitoral, Trabalhista e Militar.

Os cinco segmentos do Poder Judiciário nacional, podem, ainda, ser analisados sob a perspectiva da seguinte classificação: Justiças especializadas e Justiça comum. As especializadas referem-se à Justiça Trabalhista, Eleitoral e Militar, estando suas competências previstas, respectivamente, nos artigos 114, 121 e 124 da Constituição Federal. A Justiça comum subdivide-se em Justiça Federal e Justiça Estadual. A Justiça Federal atua na solução de conflitos de interesse da União, de suas autarquias e empresas públicas federais. Já a Justiça Comum Estadual possui competência residual, ou seja, resolve os conflitos não abrangidos pela Justiça Federal. Envolve, portanto, matérias cíveis, criminais, de família, do consumidor, de sucessões, de falências e recuperações judiciais (antigas concordatas), da infância e juventude, entre outras.

No Estado do Ceará, o Poder Judiciário é identificado pelas seguintes unidades:

1.1 Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

O Tribunal de Justiça é o órgão do Poder Judiciário com atuação em todo o território cearense e com a devida competência para decidir, via de regra, em 2º grau de jurisdição, as questões relativas à Justiça Comum Estadual. O Tribunal de Justiça, por maioria absoluta dos membros efetivos e por votação secreta, elege, dentre os desembargadores, os titulares dos cargos de direção, cujos mandatos são de dois anos, vedada



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

a reeleição. Os três desembargadores mais votados ocupam, respectivamente, os cargos de Presidente, Vice-Presidente e de Corregedor-Geral da Justiça.

1.2 Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará

De acordo com o artigo 39 do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará (Lei Estadual nº 16.397/2017, alterada pela Lei Estadual nº 17.743/2021), a Corregedoria-Geral da Justiça, órgão de fiscalização, disciplina e orientação administrativa, será exercida em todo o Estado por um desembargador com denominação de Corregedor-Geral da Justiça. A Corregedoria também se responsabiliza por orientar, disciplinar e fiscalizar a administração da Justiça de 1º grau, zelando pela eficiente prestação jurisdicional ao cidadão cearense.

No exercício de suas missões institucionais, são realizadas correições – gerais ou parciais – e inspeções nas comarcas e nas serventias judiciais e extrajudiciais da Capital e do Interior do Estado. As inspeções das serventias extrajudiciais ocorrem sobre os cartórios. No período correicional, é verificado se as varas judiciais e os cartórios prestam um serviço satisfatório à comunidade.

Também são funções da Corregedoria: apurar procedimentos administrativos contra juízes e, se necessário, remetê-los ao Tribunal Pleno; desenvolver ações voltadas para a melhoria dos serviços da Justiça e, ainda, orientar magistrados e servidores na busca de uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva.

1.3 Fórum Clóvis Beviláqua

No Fórum da Capital – Clóvis Beviláqua – funcionam, atualmente, 121 varas. Desse total, observa-se uma distribuição em diversas competências judiciais - Cível, Sucessões, Fazenda Pública, Recuperação de Empresas e Falências, Registros Públicos, Execuções Fiscais e Crimes contra a Ordem Tributária, da Infância e da Juventude, Criminal, Júri, Delitos de Tráficos de Drogas, Delitos de Organizações Criminosas, Execuções de Penas Alternativas e Habeas Corpus, Execuções Criminais e Juízo Militar, por exemplo, além da Secretaria Judiciária de 1º Grau, criada em 2019, vinculada ao Tribunal de Justiça.

1.4 Fóruns das Comarcas do Interior



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

O Poder Judiciário está presente em todos os 184 Municípios do Estado do Ceará. Ao todo, são 105 Comarcas Sede e 240 unidades judiciárias instaladas, conforme Perfil do Judiciário - abril de 2024. As Comarcas do Judiciário cearense são classificadas em três entrâncias: inicial, intermediária e final.

1.5 Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECCs)

Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais são regidos pela Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 e pela Lei Estadual nº 12.553, de 27 de dezembro de 1995. Foram criados no intuito de dar agilidade às soluções de conflitos, contribuindo para o descongestionamento da Justiça. Atingem as demandas de menor complexidade, denominadas de "pequenas causas".

Os Juizados Especiais possuem competência para processar e julgar causas cíveis de até 40 salários-mínimos e infrações de menor potencial ofensivo, assim consideradas as contravenções penais e os crimes para os quais a lei prevê pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.

Na Comarca de Fortaleza, existem 29 Juizados Especiais, sendo 20 cíveis, 05 da fazenda - ações até 60 salários-mínimos e 04 criminais, além do Juizado Móvel, que trabalha em casos de acidentes de trânsito. Já no restante do Estado, outras 11 unidades de Juizados Especiais Cíveis e Criminais são encontradas nas comarcas de Caucaia 02, Crato 01, Iguatu 01, Juazeiro do Norte 02, Maracanaú 01, Quixadá 01, Sobral 02 e Tauá 01, consoante Perfil do Judiciário - janeiro de 2024.

1.6 Fórum das Turmas Recursais

O Fórum das Turmas Recursais – Professor Dolor Barreira – é composto por quatro unidades (turmas), cada uma delas formada por três juízes de direito, sendo duas delas provisórias com vistas a esforço concentrado para redução do acervo processual. São competentes para julgar os recursos interpostos no âmbito dos processos que tramitam em qualquer dos Juizados instalados no Estado do Ceará, funcionando como o 2º grau de jurisdição em tais demandas.

1.7 Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec)

A Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará, criada pela Lei Estadual nº 11.203, de 17 de junho de 1986, destina-se à preparação e ao aperfeiçoamento acadêmico de magistrados e servidores do



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

Poder Judiciário cearense. Cuida-se de um órgão auxiliar e permanente do Tribunal de Justiça do Estado, credenciado ao Conselho de Educação do Ceará para oferecer cursos de pós-graduação (especializações). A Esmec se ocupa da formação, reciclagem e permanente atualização dos magistrados e servidores, estimulando a pesquisa e o debate jurídico de temas relevantes.

2 MISSÃO

O Poder Judiciário do Estado do Ceará tem como missão precípua, expressa nos termos do Plano Estratégico 2021-2030, aprovado em fevereiro de 2021 pelo Órgão Especial, “*garantir direitos para realizar justiça no Ceará*”.

3 FINALIDADE

O Poder Judiciário possui por função típica a prestação da atividade jurisdicional, que consiste na capacidade de solucionar casos e conflitos concretos, interpretando e aplicando as regras constitucionais e as leis. A Constituição de 1988 conferiu ao Judiciário importante papel na concretização do Estado Democrático de Direito, na medida em que a sua principal finalidade reside na proteção da ordem constitucional e dos direitos fundamentais, com o objetivo de se alcançar uma sociedade livre, justa e solidária.

4 COMPETÊNCIAS

A Justiça Comum Estadual possui competência residual, ou seja, resolve os conflitos não abrangidos pela Justiça Federal (solução de conflitos de interesse da União, de suas autarquias e empresas públicas federais). Envolve, portanto, matérias cíveis, criminais, de família, do consumidor, de sucessões, de falências e recuperações judiciais (antigas concordatas), da infância e juventude, entre outras.

As competências do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará estão previstas nos artigos 102 e 108 da Constituição do Estado do Ceará e nos artigos 32 a 36 da Lei 12.342/94 (Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará).

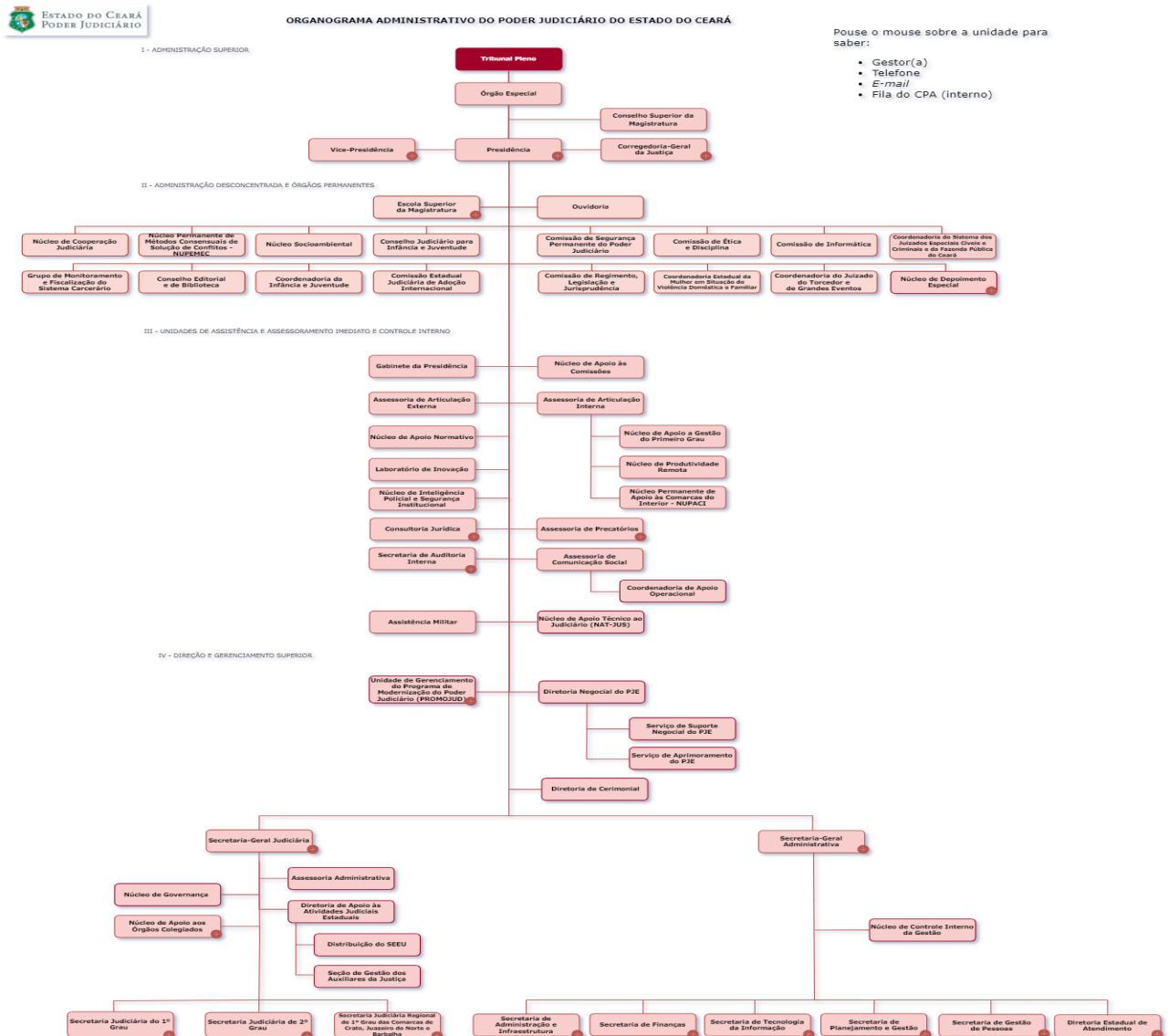


Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional reflete o descrito na Lei Estaduais nº 16.208, de 3 de abril de 2017, alterada pela nº 16.505, de 22 de fevereiro de 2018 e complementada pelas Resoluções do Pleno do TJCE que versam sobre reestruturações administrativas.

Recomenda-se a visualização do Organograma Administrativo do Poder Judiciário do Estado do Ceará na versão html, endereço: organograma_poder_judiciario_ceara.html (tjce.jus.br)





AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

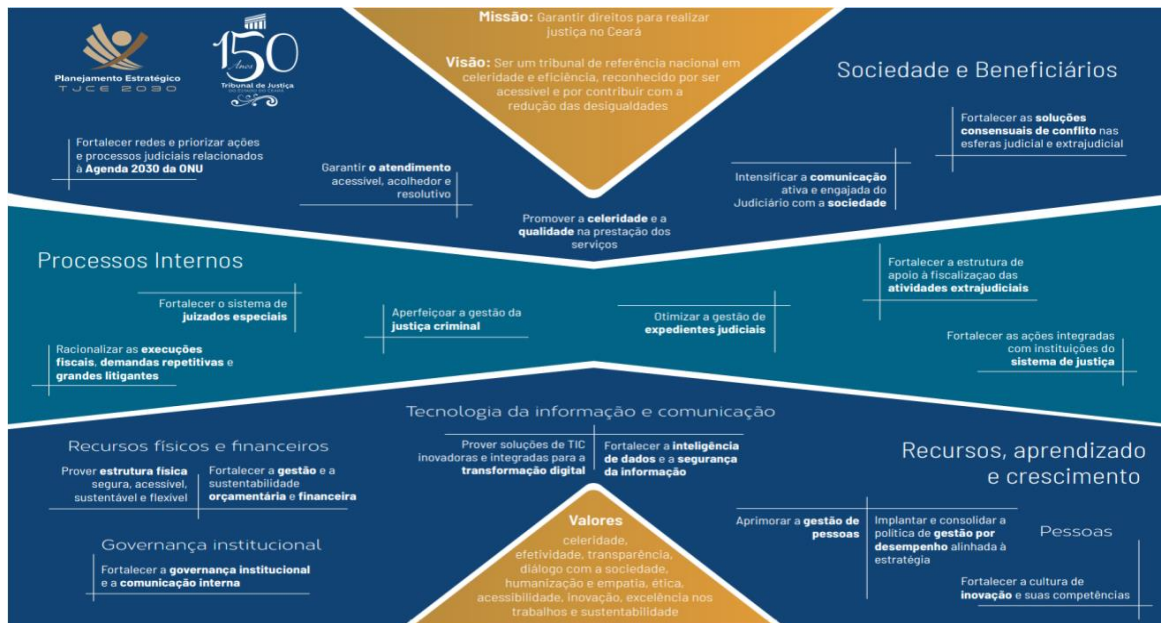
O Plano Estratégico do TJCE 2021-2030 foi aprovado pela Resolução do Órgão Especial nº 07, de 18 de fevereiro de 2021. A construção do Plano contou com a realização de 13 (treze) oficinas colaborativas, divididas entre 3 (três) etapas: Diagnóstico e análise organizacional, Formulação Estratégica e Alinhamento Estratégico, as quais contaram com a participação de mais de cinquenta integrantes do Poder Judiciário, dentre eles magistrados de primeiro e segundo grau e servidores, cujas deliberações foram validadas pela presidência e vice-presidência do TJCE, Corregedoria Geral de Justiça, Escola da Magistratura do Ceará, Juízes Auxiliares e as Superintendências Administrativa e Judiciária.

Seguindo a metodologia *Balanced Scorecard*, o Plano Estratégico do Judiciário cearense 2021-2030 é representado por meio do Mapa Estratégico do Poder Judiciário, o qual apresenta 19 (dezenove) objetivos balanceados em 3 (três) perspectivas (Recursos, Aprendizado e Crescimento; Processos Internos; Sociedade e Beneficiários). O acompanhamento da execução dos projetos, das metas e dos indicadores do Plano Estratégico 2021-2030 é competência da Secretaria de Planejamento e Gestão do TJCE.

Figura 2 – Mapa estratégico TJCE 2030



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG



fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

I - Missão: Garantir direitos para realizar justiça no Ceará.

II - Visão: Ser um tribunal de referência nacional em celeridade e eficiência, reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades.

III - Valores:

- Celeridade;
- Efetividade;
- Transparência;
- Humanização e empatia;
- Acessibilidade;
- Ética;
- Inovação;
- Diálogo com a sociedade;
- Excelência nos trabalhos e
- Sustentabilidade.

IV – Objetivos estratégicos distribuídos em três perspectivas:

a) Sociedade e Beneficiários:

1. Fortalecer redes e priorizar ações e processos judiciais relacionados à Agenda 2030 da ONU;
2. Garantir o atendimento acessível, acolhedor e resolutivo;
3. Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços;
4. Intensificar a comunicação ativa e engajada do Judiciário com a sociedade;



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

5. Fortalecer as soluções consensuais de conflito nas esferas judicial e extrajudicial.

b) Processos Internos:

1. Racionalizar as execuções fiscais, demandas repetitivas e grandes litigantes;
2. Fortalecer o sistema de juizados especiais;
3. Aperfeiçoar a gestão da justiça criminal;
4. Otimizar a gestão de expedientes judiciais;
5. Fortalecer a estrutura de apoio à fiscalização das atividades extrajudiciais;
6. Fortalecer as ações integradas com instituições do sistema de justiça.

c) Recursos, Aprendizado e Crescimento:

1. Fortalecer a governança institucional e a comunicação interna;
2. Prover estrutura física segura, acessível, sustentável e flexível;
3. Fortalecer a gestão e a sustentabilidade orçamentária e financeira;
4. Prover soluções de TIC inovadoras e integradas para a transformação digital;
5. Fortalecer a inteligência de dados e a segurança da informação;
6. Implantar e consolidar a política de gestão por desempenho alinhada à estratégia;
7. Fortalecer a cultura de inovação e suas competências;
8. Aprimorar a gestão de pessoas

V - Fichas de Indicadores (Plano Estratégico 2021 – 2030)

Indicador 01: Posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará entre os tribunais do país						
Visão	Ser um tribunal de referência nacional em celeridade e eficiência, reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades.					
Descrição do indicador	Mede o posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará nos seguintes indicadores de produtividade, conforme resultados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no relatório Justiça em Números: taxa de congestionamento, índice de produtividade por magistrado (IPM), índice de atendimento à demanda (IAD), sentença/magistrado e sentenças por casos novos.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Número de indicadores nos quais o TJCE posicione-se entre os 3 tribunais estaduais de médio porte com melhor desempenho no país.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	0 (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, o quantitativo de 3 indicadores nos quais o TJCE se posicione entre os 3 tribunais estaduais de médio porte com melhor desempenho no país					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	1	1	2	2	3
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

Indicador 02: Índice de percepção da sociedade com relação à atuação do TJCE



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

Visão	Ser um tribunal de referência nacional em celeridade e eficiência, reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades.					
Descrição do indicador	Mede a percepção do cidadão com relação à atuação do Poder Judiciário do Estado do Ceará, considerando a acessibilidade aos prédios e aos serviços, o atendimento prestado, a qualidade dos serviços, a comunicação com a sociedade, a transparência nas informações e a infraestrutura dos prédios.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Média dos resultados das pesquisas de percepção respondidas.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	56,0% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 68,0% de satisfação da sociedade com relação à atuação do TJCE.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	58,0%	62,0%	64,0%	66,0%	68,0%
Gestor das Metas	Presidência					
Indicador 03: Efetividade da Gestão do TJCE						
Objetivo Estratégico	Ser um tribunal de referência nacional em celeridade e eficiência, reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades.					
Descrição do indicador	Mede o custo médio do processo judicial.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	(Custo total anual do TJCE /Casos finalizados no ano) Casos finalizados = processos baixados					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	R\$ 3.349,00 (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar custo médio do processo judicial de R\$ 3.032,00 (três mil e trinta e dois reais) até 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	R\$ 3.293,00	R\$ 3.364,00	R\$ 3.281,00	R\$ 3.138,00	R\$ 3.032,00
Gestor das Metas	Superintendência da Área Administrativa					

Indicador 04: Índice de incremento de acordos processuais e pré-processuais						
Objetivo Estratégico	Fortalecer as soluções consensuais de conflito nas esferas judicial e extrajudicial.					
Descrição do indicador	Mede o incremento na quantidade de acordos processuais e pré-processuais homologados no 1º e 2º graus.					
Frequência de medição	Mensal					



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

Como medir	[(THPPa-THPPaa)/THPPaa] x 100 THPPa - Total de homologações de acordos pré-processuais e processuais homologados do ano corrente THPPaa - Total de homologações de acordos pré-processuais e processuais homologados do ano anterior.					
Responsável pelos dados	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	50.522 acordos processuais e pré-processuais firmados em 2021 8,6% (acrécimo de 2018-2019, período anterior a pandemia)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 50,0% de incremento de acordos processuais e pré-processuais em relação ao ano de 2021.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	10,0% (55.574)	20,0% (60.626)	30,0% (65.679)	40,0% (70.731)	50,0% (75.783)
Gestor das Metas	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos					

Indicador 05: Taxa de congestionamento						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de processos que não são finalizados no ano.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	Pendentes de baixa / (pendentes de baixa + total de baixados)					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento de Gestão					
Linha de base	70,10% (2020)					
Descrição da Meta	Reduzir, até 2026, a taxa de congestionamento do TJCE, para 59,80%.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	69,93%	68,73%	65,23%	62,63%	59,80%	56,80%
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral de Justiça					

Indicador 06: Tempo médio de julgamento dos processos	
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços. Otimizar a gestão de expedientes judiciais.
Descrição do indicador	Mede o tempo médio entre a distribuição do processo de conhecimento e a data de julgamento da ação.
Frequência de medição	Mensal
Como medir	Soma da quantidade de dias para julgamento dos processos de conhecimento julgados no período dividido pela quantidade de processos de conhecimento julgados no período.
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

Linha de base	881 (2022)					
Descrição da Meta	Reduzir o tempo médio de julgamento das ações de conhecimento para 730 dias (2 anos) em 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	837	795	755	730
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral de Justiça					

Indicador 07: Índice de cumprimento das Metas Nacionais						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços					
Descrição do indicador	Mede o grau de cumprimento das Metas Nacionais definidas anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(\text{Quantidade de metas cumpridas} / \text{Total de metas}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	50,0% (2022)					
Descrição da Meta	Alcançar 100,0% de cumprimento das metas do CNJ até 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	65,0%	85,0%	100,0%	100,0%
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

Indicador 08: Índice de desempenho no prêmio CNJ Qualidade						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços.					
Descrição do indicador	Mede o desempenho geral do TJCE no Prêmio CNJ de Qualidade (PCNJQ), considerando todos os eixos de avaliação.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	$(\text{Total de pontos obtidos em todos os eixos do PCNJQ} / \text{Total de pontos possíveis em todos os eixos do PCNJQ}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	59,4% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 80,0% de desempenho geral no Prêmio CNJ Qualidade.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	60,0%	65,0%	70,0%	75,0%	80,0%
Gestor das Metas	Presidência					

Indicador 09: Índice de qualidade e efetividade da comunicação ativa do Judiciário	
Objetivo Estratégico	Intensificar a comunicação ativa e engajada do Judiciário com a sociedade



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

Descrição do indicador	Mede a satisfação do público externo com a comunicação ativa do Poder Judiciário do Estado do Ceará.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Média dos resultados positivos na pesquisa de satisfação com a comunicação externa.					
Responsável pelos dados	Assessoria de Comunicação Social					
Linha de base	61,6% (2022)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 69,0% de satisfação da sociedade com relação à comunicação institucional do TJCE.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	63,0%	65,0%	67,0%	69,0%
Gestor das Metas	Assessoria de Comunicação Social					

Indicador 10: Índice de satisfação com o atendimento						
Objetivo Estratégico	Garantir o atendimento acessível, acolhedor e resolutivo.					
Descrição do indicador	Mede o grau de satisfação do cidadão com o atendimento prestado pelas unidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Média dos resultados positivos na seção “atendimento” das pesquisas respondidas.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	66,0% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 81,0% de satisfação da sociedade com relação ao atendimento prestado pelo TJCE.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	68,0%	70,0%	73,0%	76,0%	81,0%
Gestor das Metas	Diretoria Estadual de Atendimento					

Indicador 11: Índice de redução do acervo de execuções fiscais						
Objetivo Estratégico	Racionalizar as execuções fiscais, demandas repetitivas e grandes litigantes.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de redução do acervo de execuções fiscais em relação ao período anterior.					
Frequência de medição	Semestral					
Como medir	$(\text{Número de processos de execuções fiscais pendentes no ano} / \text{total de processos de execuções fiscais}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão e Secretaria de Tecnologia da Informação					
Linha de base	1,72% (média de redução dos anos de 2018 e 2019, período anterior à pandemia)					
Descrição da Meta	Reduzir, anualmente, o percentual de 5% de processos de execuções fiscais pendentes.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	-	-	-



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

	-	5%	5% 1.492 dias	5% 1.418 dias	5% 1.347 dias	5% 1.280 dias
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

Indicador 12: Índice de participação dos juizados especiais na demanda do Poder Judiciário						
Objetivo Estratégico	Fortalecer o sistema de juizados especiais.					
Descrição do indicador	Mede o grau de participação dos processos de conhecimento cível de competência de juizado especial na demanda do Poder Judiciário no 1º grau.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(CnCNCRimJE / CnCNCRim1^\circ) \times 100$ Onde: CnCNCRim1º – Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não Criminais CnCNCRimJE – Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	46,4% (2022)					
Descrição da Meta	Aumentar para 56,0% a participação do sistema de juizado na demanda do TJCE, até 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	48,0%	50,0%	53,0%	56,0%
Gestor das Metas	Coordenadoria do Sistema dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e da Fazenda Pública do Ceará					

Indicador 13: Tempo médio de tramitação da ação penal						
Objetivo Estratégico	Aperfeiçoar a gestão da justiça criminal					
Descrição do indicador	Mede Tempo médio dos processos pendentes líquidos, considerando o número de dias decorridos entre o início da ação penal (classes 282, 283, 1033, 1317, 10943, 10944, 11037, 11528) e a data-base de cálculo (último dia do mês de medição).					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	Soma dos dias entre a distribuição e a data base das Ações Penais Pendentes de Baixa / Total de Ações Penais Pendentes de Baixa.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	1.903 (2022)					
Descrição da Meta	Reduzir tempo médio das ações penais pendentes de baixa para 1.460 dias (4 anos) em 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	1.807	1.717	1.597	1.460
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral da Justiça					



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

Indicador 14: Índice de conformidade da estrutura física e mobiliários						
Objetivo Estratégico	Prover estrutura física segura, acessível, sustentável e flexível.					
Descrição do indicador	Prover estrutura física segura, acessível, sustentável e flexível.					
Frequência de medição	Trimestral					
Como medir	[(Índice de conformidade da estrutura física x 3 + Índice de conformidade dos mobiliários x 1)/4] x 100					
Responsável pelos dados	Secretaria de Administração e Infraestrutura					
Linha de base	57,9% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 85% de aderência de padrões técnicos de usabilidade de infraestrutura física e mobiliários.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	65%	70%	75%	80%	85%
Gestor das Metas	Secretaria de Administração e Infraestrutura					

Indicador 15: Índice de recursos aplicados em investimentos						
Objetivo Estratégico	Fortalecer a gestão e a sustentabilidade orçamentária e financeira.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de recursos próprios do Fermoju, do Funseg e de recursos oriundos de fontes do Tesouro Estadual (excetuando aqueles pagos em folha) bem como os decorrentes de operação de crédito, aplicados em investimentos.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	[Total de recursos aplicados (despesas empenhadas) em investimentos / Total de recursos obtidos (LEI+ CRÉDITOS referentes ao custeio de manutenção + investimentos)] x 100 Obs.: Com Recursos do Promojud + Investimentos aprovados com saldo do Fermoju					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão e Secretaria de Finanças					
Linha de base	12,0% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 23,0% de recursos obtidos no Fermoju, Funseg e Tesouro (exceto despesas pagas em folha) aplicados em investimentos.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	15%	17%	19%	21%	23%
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

Indicador 16: Índice incremento da arrecadação corrente	
Objetivo Estratégico	Fortalecer a gestão e a sustentabilidade orçamentária e financeira.
Descrição do indicador	Mede o grau de incremento das receitas corretes oriundas do Fermoju, Funseg e Fedcoj em relação à arrecadação do ano anterior
Frequência de medição	Bimestral
Como medir	[(Receita corrente arrecadada no ano corrente / Receita corrente arrecadada no ano anterior) - 1] x100



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

Responsável pelos dados	Secretaria de Finanças					
Linha de base	R\$ 172.538.120,05 (2021) R\$ 136.468.452,21 (2020) 26,4% (incremento de 2021 em relação a 2020)					
Descrição da Meta	Alcançar até 2026, 20,0% de incremento na arrecadação corrente anual em relação ao ano anterior.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	50,0% R\$ 258.807.180,0	10% R\$ 284.687.898,08	10,0% R\$ 313.156.687,89	10,0% R\$ 344.472.356,6	20,0% R\$ 413.366.828,0
Gestor das Metas	Secretaria de Finanças					

Indicador 17: Índice de governança do Judiciário						
Objetivo Estratégico	Fortalecer a governança institucional e a comunicação interna					
Descrição do indicador	Mede o desempenho do TJCE no prêmio CNJ de Qualidade no eixo de governança					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	$(\text{Total de pontos concedidos} / \text{Total de pontos possíveis}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	75,0% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, o percentual de 97,0% de pontos possíveis no eixo de governança no prêmio CNJ de qualidade.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	77,0%	82,0%	87,0%	93,0%	97,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

Indicador 18: Índice de satisfação com a comunicação interna						
Objetivo Estratégico	Fortalecer a governança institucional e a comunicação interna					
Descrição do indicador	Avalia o nível de satisfação do público interno com a comunicação institucional.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Média dos resultados positivos (avaliações positivas “ótimo” ou “bom”) das pesquisas de satisfação com a comunicação interna respondidas.					
Responsável pelos dados	Assessoria de Comunicação Social					
Linha de base	75,9% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, o percentual de 81,0% de satisfação com a comunicação interna.					



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	76,0%	77,0%	79,0%	80,0%	81,0%

Gestor das Metas	Assessoria de Comunicação Social
------------------	----------------------------------

Indicador 19: Percentual de execução do Programa de Modernização do Poder Judiciário						
Objetivo Estratégico	Prover soluções de TIC inovadoras e integradas para a transformação digital.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de progresso financeiro dos produtos contemplados no Programa de Modernização do Poder Judiciário (Promojud).					
Frequência de medição	Semestral					
Como medir	$(\text{Orçamento executado no período} / \text{orçamento total do Promojud}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Unidade de Gerenciamento do Promojud					
Linha de base	N/D					
Descrição da Meta	Executar 100,0% do Promojud até 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	21%	36,0%(execução de 15,0% do orçamento no ano)	69,0%(execução de 33,0% do orçamento no ano)	88,0%(execução de 19,0% do orçamento no ano)	100,0%(execução de 12,0% do orçamento no ano)
Gestor das Metas	Unidade de Gerenciamento do Promojud					

Indicador 20: Índice de conformidade com as políticas de segurança de TIC						
Objetivo Estratégico	Fortalecer a inteligência de dados e a segurança da informação					
Descrição do indicador	Mede o nível de atendimento aos requisitos de segurança de tecnologia da informação e comunicação (TIC) presentes nos normativos correlatos.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(\text{Valor de atendimento da N1} + \text{Valor de atendimento da N2} + \dots + \text{Valor de atendimento da Nn}) / (\text{Somatório do valor máximo de cada norma}) * 100$ N = normativo de segurança da informação					
Responsável pelos dados	Secretaria de Tecnologia da Informação					
Linha de base	48,5% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 90,0% de nível de conformidade com as políticas de segurança de TIC.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	50,0%	60,0%	70,0%	80,0%	90,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Tecnologia da Informação					

Indicador 21: Índice de aprimoramento de magistrados	
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas
Descrição do indicador	Mede o percentual de magistrados capacitados, em mínimo, 40h de formação em cursos



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

	credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(n^{\circ} \text{ de magistrados que tiveram no mínimo 40h de capacitações credenciadas pela ENFAM} / n^{\circ} \text{ total de magistrados}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará					
Linha de base	37,0% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 46,0% de magistrados capacitados no ano em cursos credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) com, no mínimo, 40h de formação.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	38,0%	43,0%	44,0%	45,0%	46,0%
Gestor das Metas	Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará					

Indicador 22: Percentual de servidores capacitados						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas					
Descrição do indicador	Mede o percentual de servidores capacitados no ano em, no mínimo, 20 horas-aula.					
Frequência de medição	Bimestral					
Como medir	$(\text{Número de servidores capacitados no período} / \text{total de servidores}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Linha de base	16,0% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 40,0% de servidores capacitados no ano em, no mínimo, 20 horas-aula.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	20,0%	25,0%	30,0%	35,0%	40,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Gestão de Pessoas					

Indicador 23: Índice de clima organizacional						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas					
Descrição do indicador	Mede o percentual de servidores que consideram haver um "bom" ou "ótimo" clima organizacional para desenvolvimento dos trabalhos, em pesquisa institucional aplicada.					
Frequência de medição	Bianual					
Como medir	$(\text{Número de servidores que consideram haver um "bom" ou "ótimo" clima organizacional na pesquisa aplicada} / \text{número total de servidores pesquisados}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Linha de base	78,7% (2020)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 87,0% de servidores que consideram haver um "bom" ou "ótimo" clima organizacional na pesquisa aplicada, dentre servidores pesquisados					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	81,0%	-	84,0%	-	87,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Gestão de Pessoas					



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

*Indicadores publicados na Portaria nº 1212, de 16 de maio de 2023.



VI - Resultados do Plano Estratégico 2021-2030 (referência dezembro/2023)

Nº	Indicador	Meta 2023	Resultado 2023	Evolução
1	Posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará entre os tribunais do país	1	2	
2	Índice de percepção da sociedade com relação à atuação do TJCE	62,00%	71,74%	
3	Efetividade da Gestão do TJCE	R\$ 3.364,00	R\$ 2.960,16	
4	Índice de incremento de acordos processuais e pré-processuais	20%	34,23%	
5	Taxa de congestionamento	65,2%	63,73%	
6	Tempo médio de julgamento de processos	837 dias	656 dias	
7	Índice de cumprimento das Metas Nacionais	65%	55,56%	
8	Índice de desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade	65%	60,80%	
9	Índice de qualidade e efetividade da comunicação ativa do Judiciário	63%	71,71%	
10	Índice de satisfação com atendimento	70%	81,44%	
11	Tempo médio dos processos pendentes de julgamento da classe 1116-Execução Fiscal	1.492 dias	1.614 dias	
12	Índice de participação dos juizados especiais nas demandas do Poder Judiciário	48%	48,70%	
13	Tempo médio de tramitação da ação penal	1.807 dias	1.873 dias	
14	Índice de conformidade da estrutura física e mobiliários	70%	64,39%	
15	Índice de recursos aplicados aos investimentos	17%	13,11%	
16	Índice incremento da arrecadação corrente	10%	28,04%	
17	Índice de governança do Judiciário	82%	91,03%	
18	Índice de satisfação com a comunicação interna	77%	78,90%	
19	Percentual de execução do Programa de Modernização do Poder Judiciário	36%	38,68%	
20	Índice de conformidade com as políticas de	60%	69,38%	



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

TIC

21	Índice de aprimoramento de magistrados	43%	39,23%	
22	Percentual de servidores capacitados	25%	19,04%	
23	Índice de clima organizacional	-	-	-

 **Meta com cumprimento acima de 90%**

 **Meta com cumprimento acima de 50% a 90%**

 **Meta com cumprimento abaixo de 50%**

VII – Avaliação e medição de projetos

Os projetos estratégicos são empreendimentos temporários para o alcance dos objetivos e das metas institucionais, executados pelas unidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará e monitorados pelo Escritório Corporativo de Projetos (ECP), vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), o qual foi criado por meio da Resolução do Órgão Especial nº 13, de 20 de dezembro de 2011. Institucionalmente as figuras que se envolvem diretamente no gerenciamento de projetos, denominadas conjuntamente de “agentes de projetos”, são:

- Em projetos do Programa de Modernização do Judiciário (Promojud): Coordenador(a) de Monitoramento, Assessor(a) de Projetos, Líder Técnico(a), Cogestor(a), Patrocinador de Componente e Patrocinador Geral.

- Nos demais projetos do portfólio: Gerente de Projeto e Patrocinador (a).

No âmbito do Promojud, a Resolução do Órgão Especial nº 09/2021 versa sobre seu sistema de governança e estabelece as principais atribuições dos atores envolvidos diretamente na execução do programa. Para os demais projetos do portfólio, o gerente de projetos é o profissional responsável pelo planejamento detalhado e pelo monitoramento da execução das atividades do projeto e tem como foco o cumprimento dos prazos, respeitando as restrições de escopo, qualidade e custos. Por sua vez, o(a) patrocinador(a) é aquele(a) que provê os recursos e dá suporte institucional para o projeto, bem como resolve os riscos, conflitos e problemas que estão além da alçada do(a) gerente de projetos.

Já as atribuições do Escritório Corporativo de Projetos, em linhas gerais, são: monitorar a



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

elaboração e execução de iniciativas estratégicas, desenvolver e implantar metodologia de gerenciamento de projetos, apoiar os agentes de projetos na condução dos projetos estratégicos e prestar suporte à alta administração para a tomada de decisões.

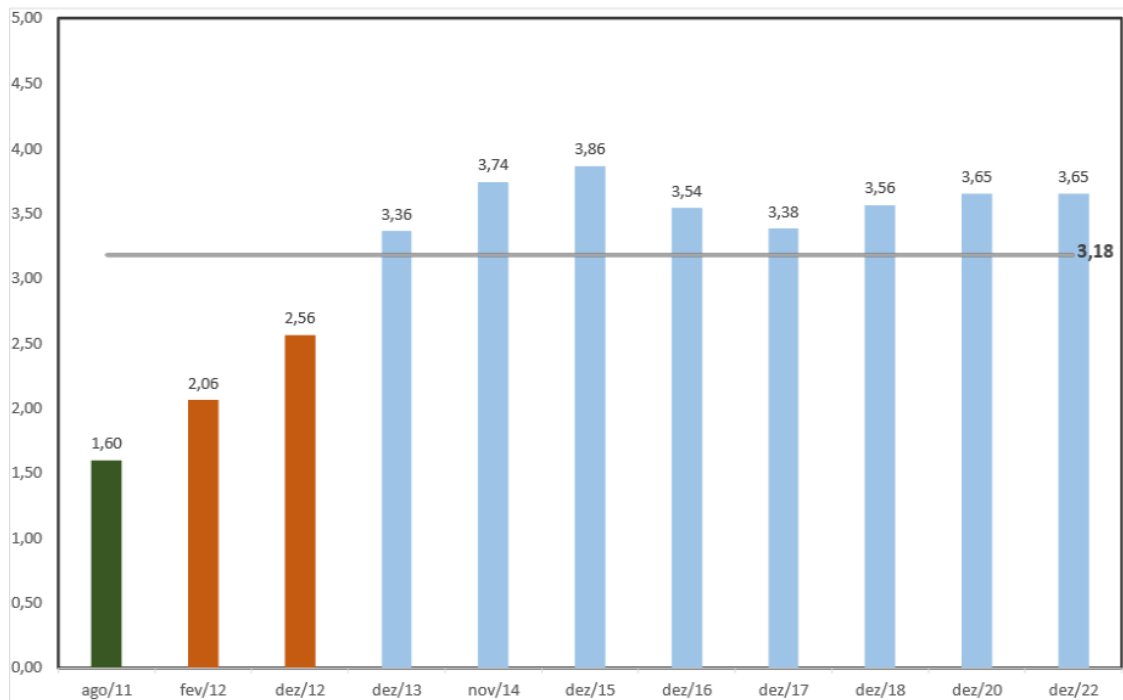
Para acompanhar a evolução de suas práticas relativas ao gerenciamento de projetos, o TJCE adota um modelo de avaliação e medição da maturidade com relação à aplicação de conhecimentos, habilidades e técnicas nas atividades de gerenciamento de projetos, visando ao alcance dos objetivos organizacionais. A maturidade diz respeito ao grau de utilização de gerenciamento de projetos na organização.

Desde agosto de 2011, antes da implantação do Escritório Corporativo de Projetos, é realizada uma avaliação (por meio de questionário no modelo Prado-MMGP, que classifica em cinco os níveis de maturidade) para identificar o nível de conhecimento em gerenciamento de projetos do Poder Judiciário do Estado do Ceará (TJCE).

O resultado geral da avaliação de maturidade em gestão de projetos no TJCE no ano de 2023 foi 3,65 (Gráfico 1), estando, mais uma vez, enquadrada no nível 3 do MMGP. Esse nível pressupõe um cenário onde um modelo padrão de gestão de projetos já foi implementado e está em uso. A análise da maturidade é feita pelo ECP a cada dois anos, e a próxima será realizada no final de 2024.



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

O quadro a seguir apresenta o acompanhamento da execução dos projetos estratégicos da Gestão 2023-2025 relacionados ao Plano Estratégico 2021-2030 do Poder Judiciário do Estado do Ceará. O portfólio de projetos da Gestão é composto por 20 projetos estratégicos e em dezembro de 2023 todos estavam em execução.

Quadro 1 - Projetos Estratégicos da Gestão 2023-2025 em execução em dezembro de 2023

Unidade	Projeto	Entregas/status	Previsão de término/ Planejamento
---------	---------	-----------------	--------------------------------------



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

SEADI	Plano de Obras	<ol style="list-style-type: none">1. Reforma da ESMEC2. Reforma do Fórum de Beberibe3. Remanescente da reforma do Fórum de Crato4. Reforma do Fórum de Araripe5. Reforma do Fórum de Marco6. Reforma do Fórum de Jaguaribe7. Reforma do Fórum de Quixadá8. Reforma do Fórum de Ipueriras9. Reforma do Fórum de Jaguaruana10. Reforma de 04 salões do Júri - FCB11. Projeto de acessibilidade vertical FCB12. Reforma do Fórum de Acopiara13. Reforma do Fórum de São Benedito14. Projeto de arquitetura e instalações para requalificação do FCB15. Construção do novo do Fórum de Icó16. Construção do novo do Fórum de Quixeramobim17. Construção do novo do Fórum de Cascavel18. Construção do novo do Fórum de Aracati19. Reforma do Fórum de Jucás20. Construção do novo Fórum de Nova Olinda21. Reforma do Fórum de Jardim22. Construção do novo Fórum de Milagres23. Reforma do Fórum de Juazeiro do Norte24. Reforma do Fórum de Caucaia25. Reforma do Fórum de Tianguá26. Reforma do Fórum de Eusebio27. Reforma do Fórum de Maranguape28. Construção do novo Fórum de Guaraciaba do Norte29. Reforma do Fórum de Iguatu30. Reforma do Fórum de Barbalha31. Reforma do Fórum de Campos Sales32. Construção do novo Fórum de Independência33. Construção do novo Fórum de Redenção34. Reforma do Fórum de Tabuleiro do Norte35. Reforma do Fórum de Ipu36. Reforma do Fórum de Pereiro37. Reforma do Fórum de Itaitinga38. Reforma do Fórum de Sobral39. Construção do novo Fórum de Maracanaú40. Reforma do Fórum de Massapê41. Reforma do Fórum de Jijoca de Jericoacoara42. Contratação por tipologia43. Sistema de áudio e vídeo (SAV)	07/06/2030 Planejamento Completo
	Inteligência	<ol style="list-style-type: none">1. Realização de evento para conhecer ferramentas de IA a nível nacional e levantamento de soluções2. Contratação de 2 Consultores Individuais especializados em Tecnologias e Técnicas de Inteligência Artificial3. Integração ao CODEX e PDPJ4. Preparação de ambientes5. Piloto PRECEDENTES: Identificação de temas e vinculação aos processos judiciais6. Piloto CLASSIFICAÇÃO DE ACERVO POR MATÉRIA	16/01/2024 Planejamento



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

Presidência	artificial na prestação jurisdicional	<ol style="list-style-type: none">7. Piloto PREDIÇÃO DE RISCO DE REVITIMIZAÇÃO EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA8. Preparação de Plano de Manutenção9. Integração de soluções de IA no PJE10. Expansão Berna para os Juizados Especiais11. Expansão do Berna para Gabinete Desembargador12. Piloto PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (Execuções Fiscais e Comuns)13. Piloto PREVENÇÃO E CONEXÃO	Por fase
Presidência	Implantação de solução tecnológica para gestão de recursos sob custódia	<ol style="list-style-type: none">1. Levantamento e mapeamento dos fluxos de trabalho2. Diagnóstico e levantamento das necessidades de negócio3. Implantação da nova versão do SAPRE4. Implantação do Bankjus no TJCE5. Integração SAPRE – Pje6. Integração do Bankjus - PJE7. Migração de dados do SAJSG para PJE (precatórios)	29/04/2024 Planejamento Por fase
CGJ	Aperfeiçoamento da gestão da arrecadação	<ol style="list-style-type: none">1. Identificação e modelagem dos processos das custas judiciais2. Diagnóstico dos procedimentos realizados na gestão da arrecadação3. Aprimoramento das Normas de Gestão e Controle da Arrecadação e Fiscalização4. Painel de controle dos créditos do TJCE encaminhados à PGE para cobrança5. Sistema de Custas Iniciais, Intermediárias e Finais integrado ao PJe6. Capacitação dos magistrados e servidores para a realização de inspeção extrajudicial ordinária anual7. Implantação do Painel de Monitoramento dos Cartórios8. Estudo da expansão do selo digital dos atos de balcão9. Implantação da solução tecnológica para Selo 14 – DUT Eletrônico10. Implantação da solução tecnológica para Selo 02 - Reconhecimento de Firma11. Implantação da solução tecnológica para Selo 03 – Autenticação	01/04/2024 Planejamento Por fase
Presidência	Robotização, aprimoramento e automação de processos de trabalho	<ol style="list-style-type: none">1. Contratação de consultoria individual - Desenvolvimento de Robôs (RPA/IPA)2. Contratação de Serviços de Consultoria em BPM3. Modelagem de fluxos - Processo de Modelagem e Desenvolvimento de Robôs4. Planejamento do pacote I de robôs5. Desenvolvimento de Robôs - Pacote I6. Planejamento do pacote II de robôs7. Desenvolvimento de Robôs - Pacote II8. Contratação de Ferramenta RPA9. Desenvolvimento de robôs - Pacote III	13/06/2024 Planejamento Por fase
SEPLAG	Implantação da LGPD	<ol style="list-style-type: none">1. Estrutura de governança para implantação da LGPD2. Diagnóstico preliminar para implantação da LGPD & Implantação de Itens Prioritários3. Contratação da Consultoria especializada em implantação da	31/03/2025 Planejamento



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

		<p>LGPD e aquisição de soluções tecnológicas para Governança da Privacidade e Proteção de Dados</p> <ol style="list-style-type: none">4. Plano de Trabalho de Implantação da LGPD5. Contratação de consultoria individual para suporte à implantação e execução de LGPD6. Plano de capacitação e conscientização7. Monitoramento8. Contratação de empresa de sustentação da LGPD	Completo
Secretaria-Geral Administrativa	Institucionalização e fortalecimento da cultura de inovação	<ol style="list-style-type: none">1. Criação do Comitê de Gestão da Inovação2. Estruturação de laboratório de inovação3. Contratação de consultoria em Design4. Contratação consultor individual Designer gráfico (1ª vaga)5. Contratação de consultor individual Designer gráfico (2ª vaga)6. Contratação de consultor individual Letras (1ª vaga)7. Contratação de consultor individual Letras (2ª vaga)8. Formalização da parceria com Laboratório Íris9. Plano de Capacitação em inovação do TJCE10. Implantação de ferramentas11. Promoção de ações para fortalecer a cultura de inovação12. Realização de oficinas de design thinking para projetos inovadores13. Hackathon de inovação14. Simplificação de 32 documentos (Núcleo 4.0; SEJUD 1º grau e SEJUD 2º grau)	16/05/2024 Planejamento por fase
SETIN	Modernização da infraestrutura tecnológica	<p>1. Levantamento e contratação das soluções prioritárias:</p> <ul style="list-style-type: none">- Webcam e caixas de Som- Solução de armazenamento de dados- Solução backup (Fitas)- Manutenção de servidores- Solução tecnológica de virtualização de servidores- Ampliação da Solução de hiperconvergência- Solução tecnológica de backup- Serviços integrados para Solução de colaboração- Computadores de alto desempenho (workstations)- Switches SAN- Notebooks- Computadores- Suporte técnico para os balanceadores de carga- Data Center- Switches de acesso- Licenças do Power BI Premium- Aquisição de computadores 2023- Aquisição de notebooks 2023- Garantia de Switches de núcleo- Ferramenta de monitoramento PJE- Firewall pequeno- Links de contingência- Processamento de servidores para PJE- Processamento de servidores BD	07/05/2025 Planejamento Completo



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

		<ul style="list-style-type: none">- Aquisição de Nuvem Microsoft- Aquisição de serviço em nuvem (Cloudbroker) <p>2. Contratação de empresa para desenvolvimento de aplicações</p>	
SETIN	Aprimoramento das políticas e ferramentas de segurança da informação	<ol style="list-style-type: none">1. Revisão das políticas de segurança da informação2. Revisão dos processos de trabalho de segurança da informação3. Levantamento das tecnologias disponíveis que podem ser aprimoradas4. Implantação do Centro de Operações de Segurança (SOC)5. Capacitação em Segurança da Informação6. Implementação de Itens dos Manuais/CNJ (Res. 396/2021 e Portaria 162/2021)	19/12/2024 Planejamento Completo
SETIN	Arquitetura corporativa de sistemas e infraestrutura de TI	<ol style="list-style-type: none">1. Contratação de consultoria para auxiliar na identificação da arquitetura tecnológica necessária2. Diagnóstico da arquitetura corporativa3. Identificação de tecnologias para aprimoramento da prestação jurisdicional4. Proposição e projeto de Arquitetura Corporativa5. Plano de Implementação da Arquitetura Corporativa6. Contratação de consultoria individual para avaliação de propostas e controle de qualidade do projeto	14/08/2024 Planejamento Por fase
SGP e Esmec	Programa de desenvolvimento de pessoas	<ol style="list-style-type: none">1. Infraestrutura para gravação de aulas na Esmec2. Revitalização de ambiente virtual de aprendizagem para EAD3. Plano de capacitação dos servidores 20234. Contratação de consultoria para revisão do mapeamento de competências e trilhas de capacitação5. Revisão do mapeamento de competências e desenvolvimento de trilhas de capacitação, relativas à transformação digital6. Elaboração do mapeamento de competências e trilhas de capacitação dos magistrados7. Contratação de MBA em Gestão Pública e Poder Judiciário8. Capacitação em Inovação9. Sistema de Gestão Acadêmico	03/04/2024 Planejamento Por fase
SGP	Gestão de Mudanças	<ol style="list-style-type: none">1. Contratação de empresa para capacitação das equipes dos projetos em Gestão de Mudanças2. Capacitação da equipe dos projetos em Gestão de Mudanças3. Planos de Gestão de Mudanças por Projeto4. Feira de Transformação Digital e Humanização5. Plano de Comunicação do Promojud6. Humanização na gestão de mudanças7. Contratação de consultor individual Web designer8. Contratação de consultor individual Endomarketing	07/06/2024 Planejamento Por fase
CONJUR	Solução tecnológica para busca integrada de jurisprudências	<ol style="list-style-type: none">1. Diagnóstico da situação atual e das necessidades dos usuários2. Análise das interseções entre os projetos Busca Integrada e Melhoria da Gestão Documental3. Realização de estudos nas ferramentas de referência (Codex e Elasticsearch)4. Definição do escopo da ferramenta em consonância às orientações do CNJ	28/05/2024 Planejamento Por fase



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

		<ol style="list-style-type: none">5. Consulta de Jurisprudências TJCE - 2º Grau e Turma Recursal – Módulo de Consulta Simples6. Consulta de Jurisprudências TJCE - 2º Grau e Turma Recursal – Módulo de Consulta Avançada7. Solução para Busca Ativa Inteligente8. Integração SJURIS x SAJ9. Módulo de Busca de Atos Normativos	
Secretaria-Geral Administrativa	Soluções tecnológicas e humanização do atendimento	<ol style="list-style-type: none">1. Contratação de Consultoria para definição de modelos e planos para o Atendimento Humanizado2. Definição e Implantação de novo Modelo Humanizado e Inclusivo de Atendimento3. Qualificação do atendimento4. Criação de Balcão Virtual5. Implantação da CAJ MULHER6. Realização de eventos de sensibilização sobre o tema Humanização do Atendimento7. Implantação do balcão virtual no Teams8. Implantação do canal de atendimento dos magistrados9. TJCE Mobile10. Implantação da Central de Atendimento Interna Administrativa11. Expansão das CAJS	30/08/2024 Planejamento Por fase
Secretaria-Geral Judiciária	Fortalecimento das soluções consensuais de conflito	<ol style="list-style-type: none">1. Diagnóstico da situação pré-processual e processual2. Plano de Capacitação para ampliação do número de mediadores e conciliadores3. Formação complementar para servidores, magistrados, advogados demais conveniados4. Plano de Comunicação com mediadores e conciliadores5. Aprimoramento dos pagamentos (sistema informatizado automatizado)6. Contratação de Empresa para o desenvolvimento de Ferramenta de conciliação virtual – ODR7. Desenvolvimento de Ferramenta de conciliação virtual – ODR8. Revisão da estrutura física para melhor prestação de serviços9. Realização de estudo sobre a Reestruturação Administrativa do CEJUSC de Fortaleza	28/05/2024 Planejamento Por fase
Presidência	Programa de Fortalecimento de Lideranças Femininas	<ol style="list-style-type: none">1. Política de incentivo de oportunização para as mulheres implantada2. Implementação do repositório de mulheres juristas3. Aprimoramento do repositório de mulheres juristas4. Implementação de rede colaborativa para auxiliar na disseminação do programa5. Implementação de repositório de mulheres gestoras6. Execução de plano de melhorias para fortalecimento de lideranças femininas7. Criação de espaço online destinado à exposição de conteúdo relacionado ao programa8. Contratação de consultoria especializada em implantação de programas de lideranças femininas9. Realização dos serviços contratados junto à consultoria especializada	13/08/2024 Planejamento Por fase



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

		10. Plano de implantação das ações apontadas pela consultoria	
Presidência	Fortalecimento do enfrentamento à violência doméstica	<ol style="list-style-type: none">1. Criação do Núcleo de combate à violência doméstica - piloto Maracanaú2. Criação do protocolo de atendimento à vítima de violência3. Painéis de monitoramento dos indicadores relacionados à violência doméstica4. Institucionalização do Projeto "Proteção na Medida" no TJCE5. Integração com órgãos externos SIGIM -Vice Gov6. Criação de plataforma de apoio à mulher (rede de apoio e garantia de direitos)7. Justiça pela mulher da justiça	07/02/2024 Planejamento Por fase
Secretaria-Geral Administrativa	Otimização e modernização da Área Administrativa	<ol style="list-style-type: none">1. Aprimoramento da Gestão Orçamentária2. Aprimoramento da Gestão Administrativa3. Implantação da Gestão Patrimonial4. Aprimoramento das contratações5. Implantação e evolução do ADMRH6. Implantação a gestão de custos7. Levantamento de necessidades e regras de negócio8. Implantação de soluções tecnológicas integradas para gestão administrativa9. Implantação dos robôs dos módulos do ADMRH - 1º pacote	25/09/2024 Planejamento Por fase
Presidência	Aprimoramento do PJe - 3ª fase	Fase 3: Aprimoramento: <ol style="list-style-type: none">1. Evolução do migrador - 2º grau2. Criação e Implantação dos minifluxos/mini PACs3. Soluções - PDPJ4. Outras Soluções	17/01/2024 Planejamento Por fase
Presidência	Prêmio CNJ de Qualidade	<ol style="list-style-type: none">1. Designação dos Grupos de Trabalho e Sistemática de monitoramento ("Governança do PCNJQ") (concluído)2. Diagnóstico geral dos anos anteriores (concluído)3. Plano de ação e metas por Eixo (concluído)4. Execução das ações – Eixo Governança (concluído)5. Execução das ações – Eixo Transparência (concluído)6. Execução das ações – Eixo Produtividade (concluído)7. Execução das ações – Eixo Dados e Tecnologia (concluído)8. Execução das ações - Referência 2024 (em andamento)	14/12/2023 Planejamento Completo



INDICADORES DE GESTÃO E DE DESEMPENHO

METAS NACIONAIS

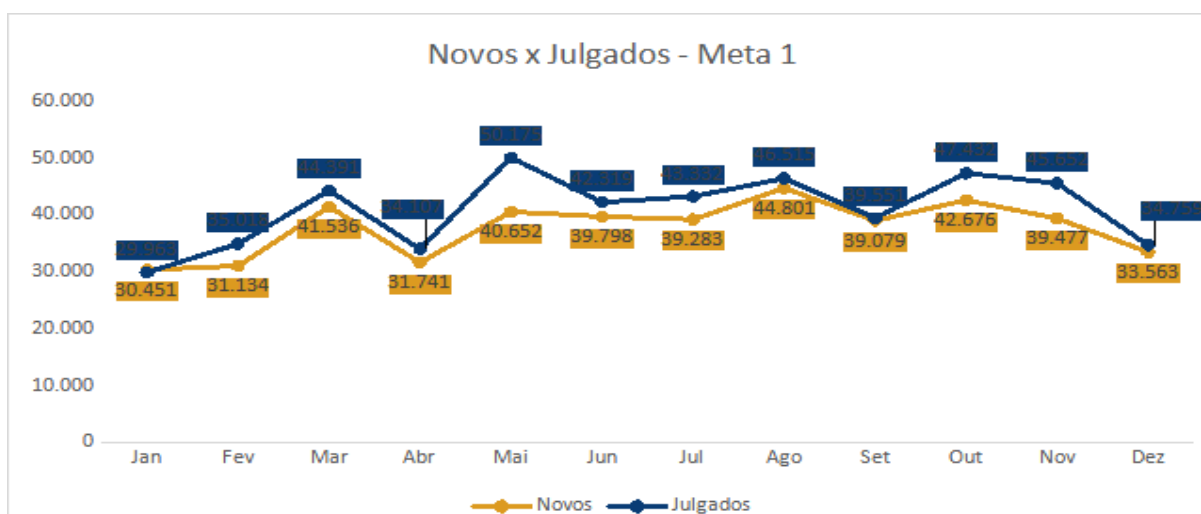
Como resultado geral das ações empreendidas em 2023 em prol do cumprimento das Metas Nacionais pelo TJCE, registram-se os julgamentos de 493.214 processos da meta 1; 82.504 processos da meta 2; 2.210 processos da meta 4; 7.941 processos da Meta 8; .1.026 processos julgados da Meta 10; e 4.821 processos da meta 11, além de 461.027 conciliações realizadas referentes à Meta 3, conforme se observa nas figuras a seguir.

META 1 DE 2023 – JULGAR MAIS PROCESSOS QUE OS DISTRIBUÍDOS

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Segmento	Novos	Julgados	Cumprimento
1º Grau	299.537	329.130	108,88%
2º Grau	67.381	70.897	104,73%
Juizado Especial	66.208	70.655	106,54%
Turma Recursal	21.065	22.532	107,14%
TJCE	454.191	493.214	107,85%

Fonte: Sistema de Estatísticas e Informações (SEI)



Fonte: Sistema de Estatísticas e Informações (SEI)



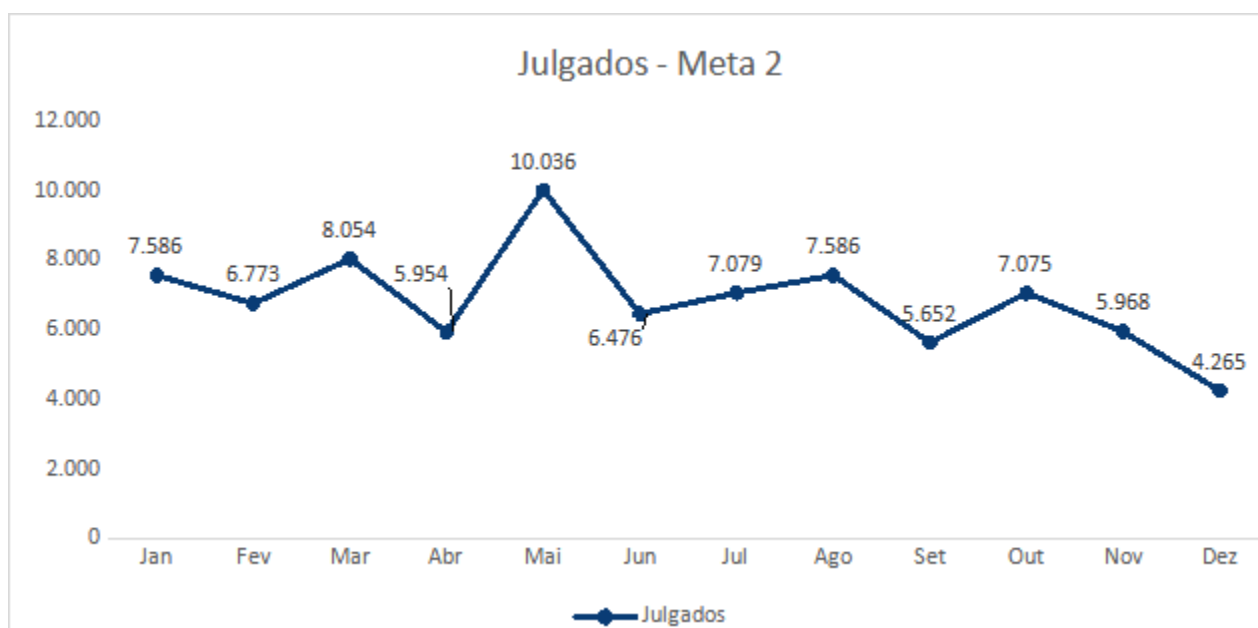
Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

Meta 2 – Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar até 31/12/2023, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2019 no 1º grau, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2020 no 2º grau, e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

Segmento	Acervo	Julgados	Cumprimento
1º Grau	176.649	72.558	98,89%
2º Grau	6.730	4.611	104,56%
Juizado Especial	2.093	4.521	112,53%
Turma Recursal	121	814	109,90%

Fonte: Sistema de Estatísticas e Informações (SEI)



Fonte: Sistema de Estatísticas e Informações (SEI)



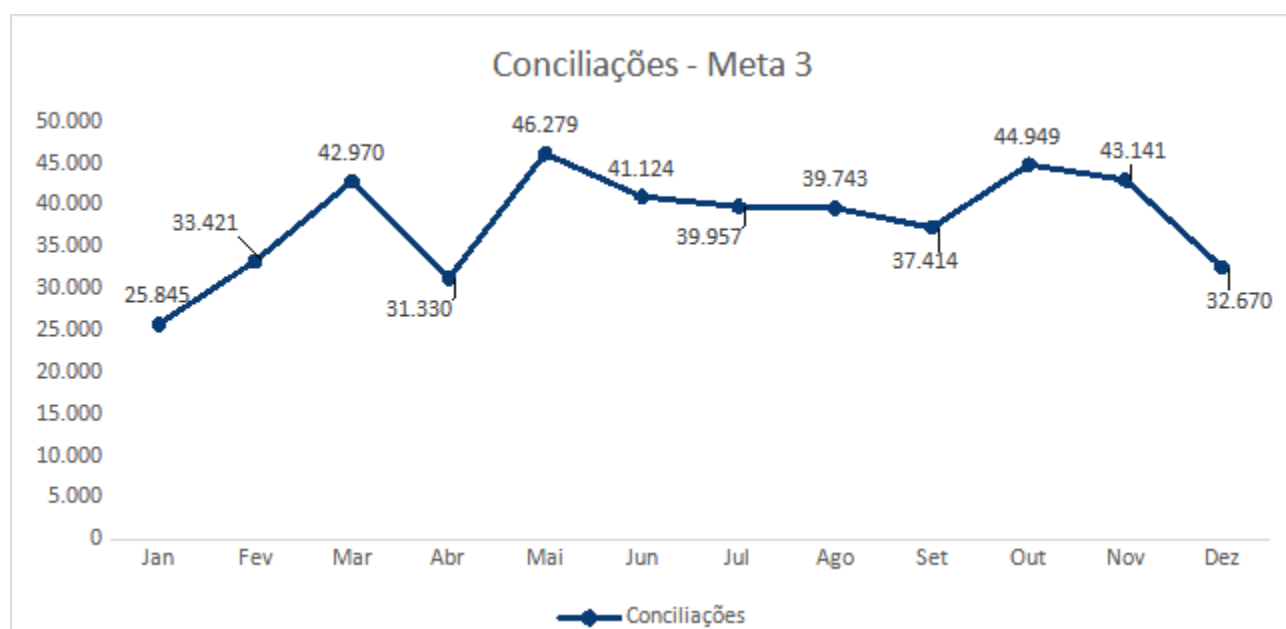
Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

Meta 3 – Estimular a conciliação

Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 1 ponto percentual em relação a 2022. Cláusula de barreira: 15% de Índice de Conciliação.

Tribunal	Conciliações realizadas	Índice de conciliação	Cumprimento
TJCE	461.027	119,95%	100,00%

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ)



Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais

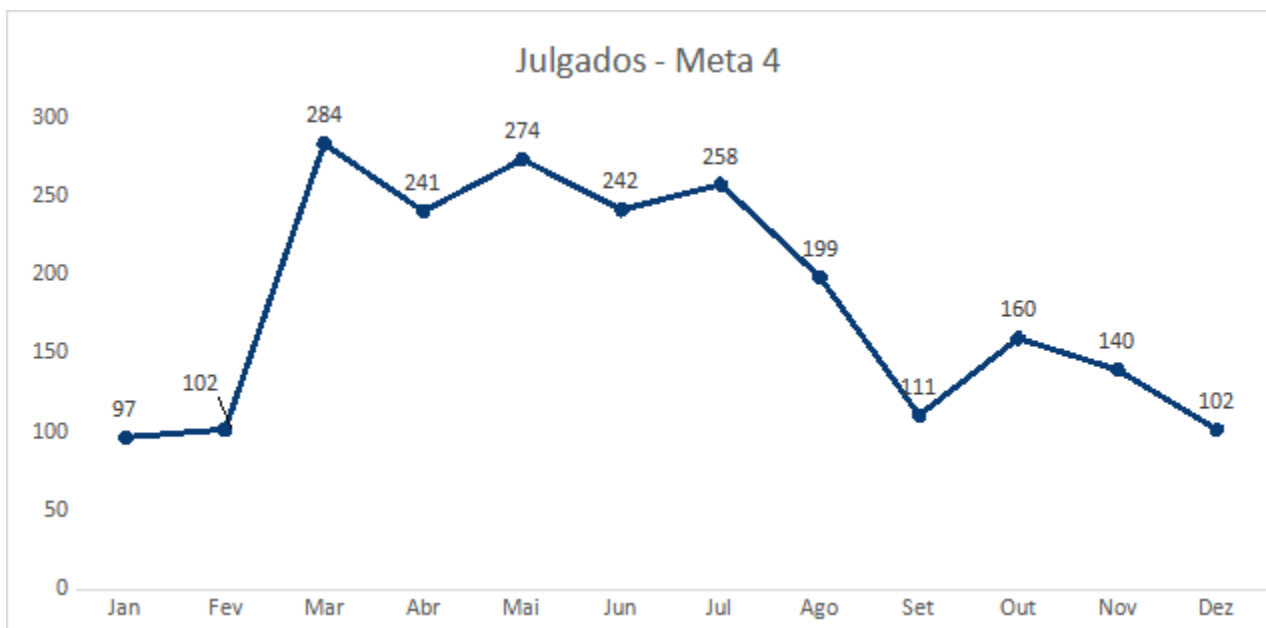
Identificar e julgar até 31/12/2023 65% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2019, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

Tribunal	Acervo 31/12/2021	Julgados em 2022	Grau de cumprimento
TJCE	5.375	2.210	104,52%

Fonte: Sistema de Estatísticas e Informações (SEI)



Fonte: Sistema de Estatísticas e Informações (SEI)

Meta 5 – Reduzir a taxa de congestionamento, exceto execuções fiscais

Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento, em relação a 2022. Cláusula de barreira: 56%.

$$\text{Cálculo} = \left(\frac{\text{TCLC 2022} - 0,005}{\text{TCLC 2023}} \right) * 100$$

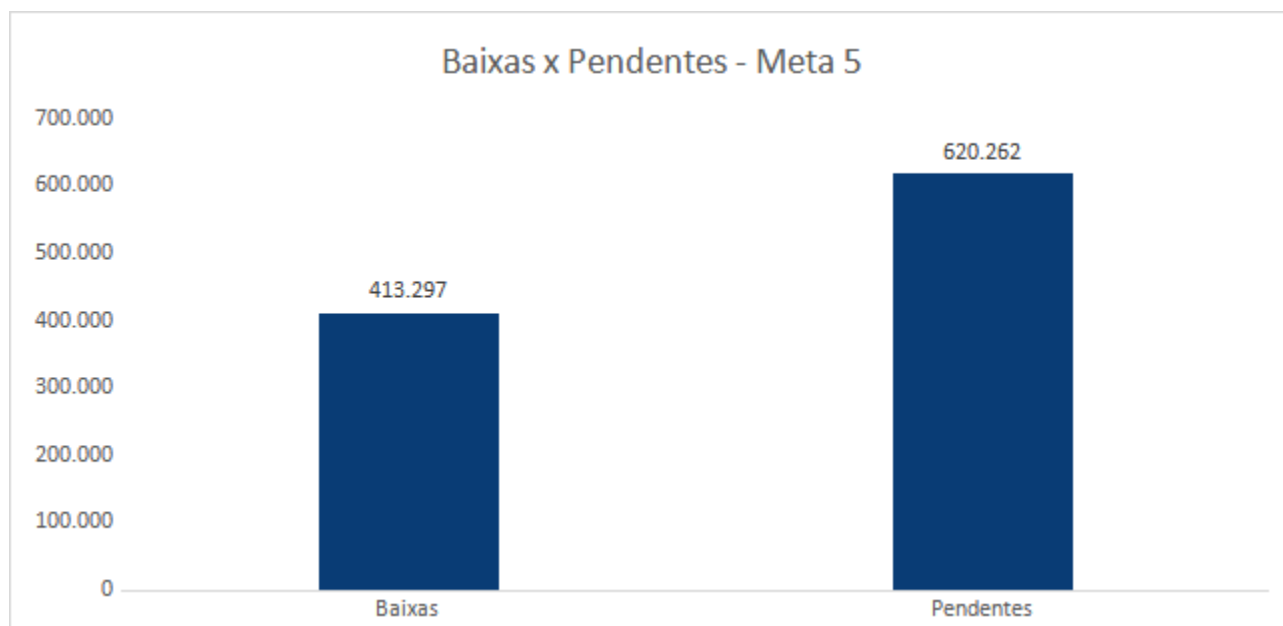
TCLC – Taxa de congestionamento líquida de conhecimento



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

Tribunal	TCLC 2022	TCLC 2023	Cumprimento
TJCE	0,6279 (62,79%)	0,6001 (60,01%)	103,80%

Fonte: Sistema de Estatísticas e Informações (SEI)



Fonte: Sistema de Estatísticas e Informações (SEI)

Meta 8 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres

Identificar e julgar, até 31/12/2023, 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2021 e 60% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2021.

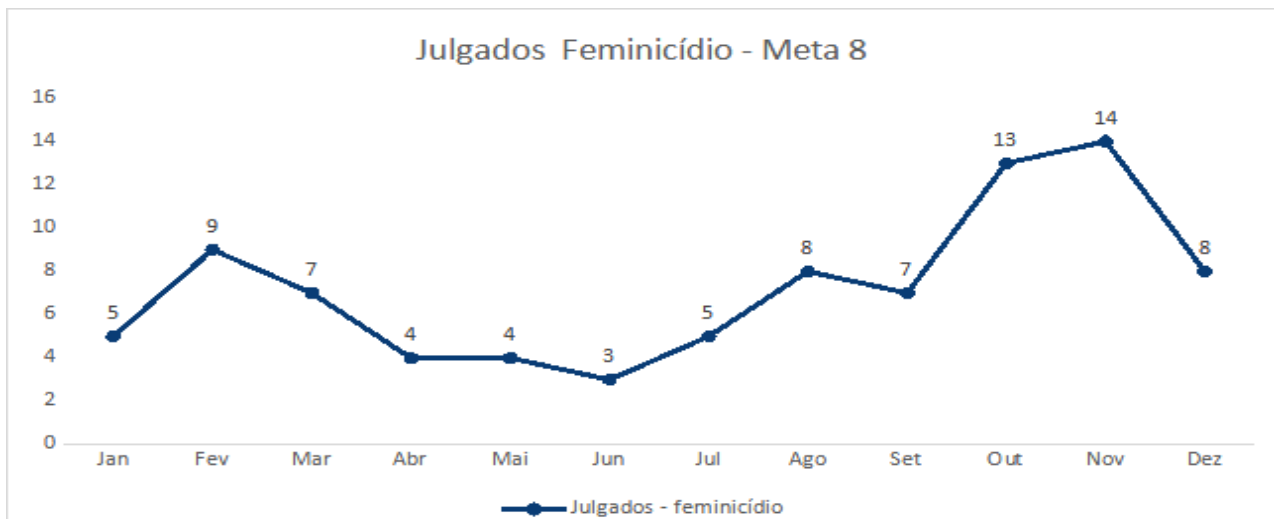
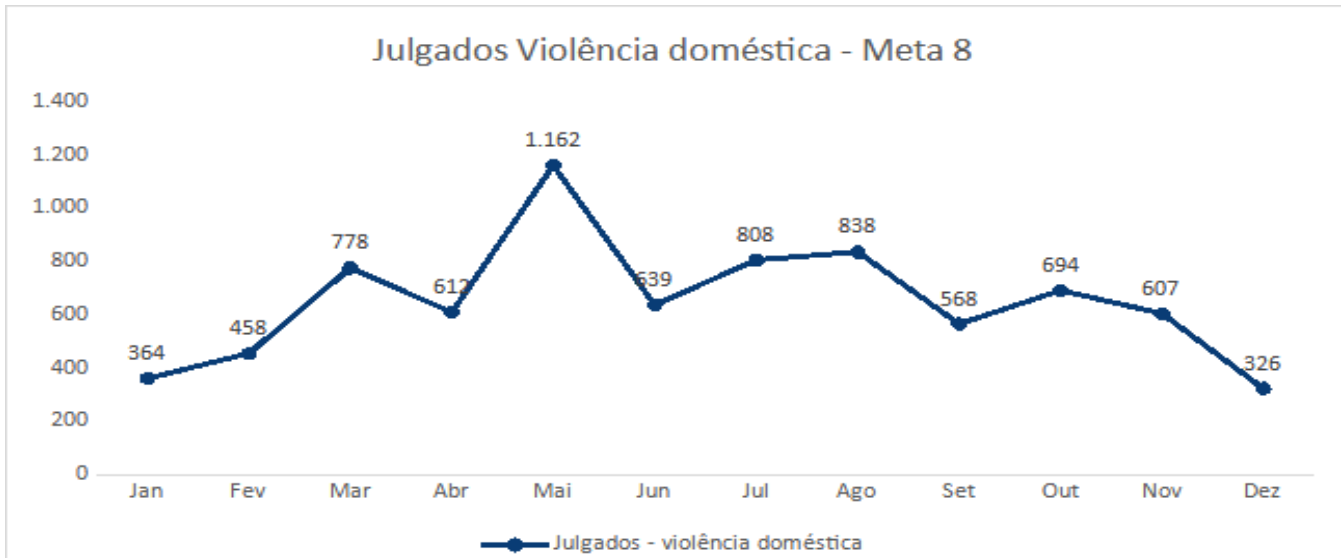
Meta 8	Acervo	Julgados	Cumprimento
Violência Doméstica	14.561	7.854	121,21%



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

Feminicídio	197	87	106,55%
-------------	-----	----	---------

Fonte: Sistema de Estatísticas e Informações (SEI)



Fonte:

Meta 9 – Estimular a inovação no Poder Judiciário

Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

sociedade e relacionado à Agenda 2030.

Tribunal	Cumprimento
TJCE	100,00%

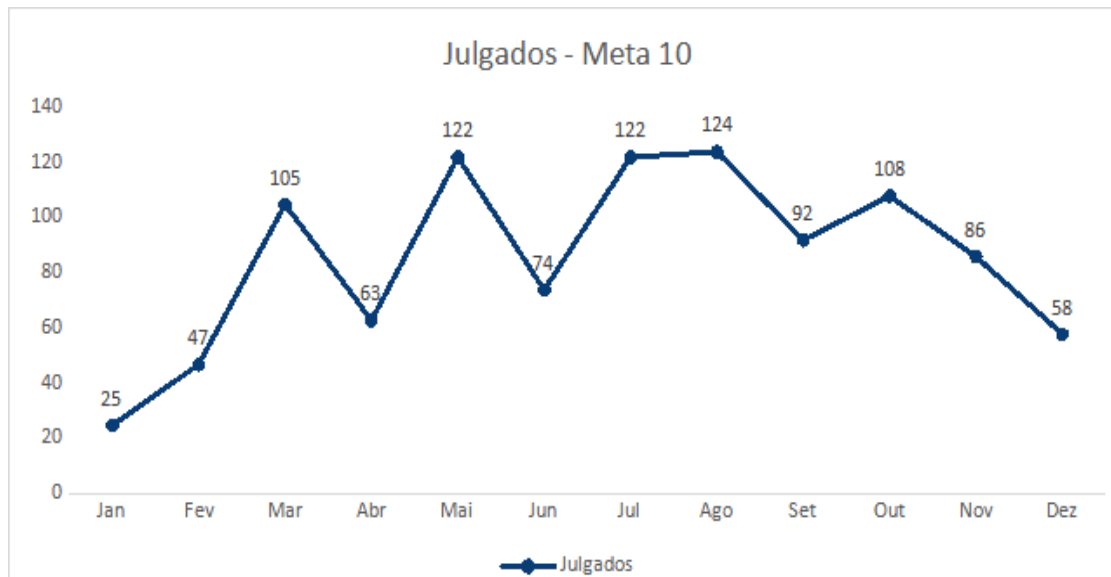
Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Meta 10 – Impulsionar os processos de ações ambientais

Identificar e julgar, até 31/12/2023, 30% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2022.

Tribunal	Acervo	Julgados	Cumprimento
TJCE	1.667	1.026	212,69%

Fonte: Sistema de Estatísticas e Informações (SEI)



Fonte: Sistema de Estatísticas e Informações (SEI)

Meta 11 – Infância e Juventude

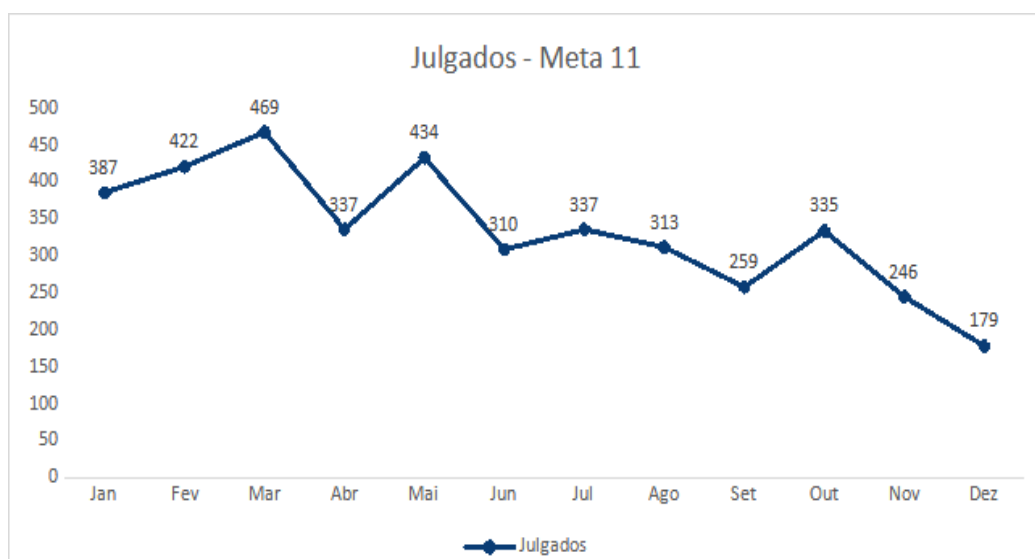
Identificar e julgar, até 31/12/2023, no 1º grau, 80% e no 2º grau, 95% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2021 nas respectivas instâncias.



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

Segmento	Acervo	Julgados	Cumprimento
1º Grau	7.782	3.937	98,35%
2º Grau	148	91	95,67%
2º Grau	148	91	95,67%

Fonte: Sistema de Estatísticas e Informações (SEI)



Fonte: Sistema de Estatísticas e Informações (SEI)

JUSTIÇA EM NÚMEROS

O Conselho Nacional de Justiça lança anualmente o Relatório estatístico denominado “Justiça em Números”, que, baseado nos dados fornecidos pelos tribunais de todo o país, apresenta e faz uma análise comparativa dos principais indicadores do Judiciário Nacional relativos ao orçamento, aos recursos humanos, à litigiosidade, à produtividade e ao congestionamento processual. Observe-se que a última edição do Justiça em Números foi lançada em meados de 2023, com dados referentes ao ano de 2022.

No tocante à atividade final do órgão (a lida com a litigiosidade em âmbito estadual), as principais realizações foram traduzidas em indicadores, a seguir discriminados, que versam sobre quantidades de processos em diversas categorias, tais como, natureza (se processo de conhecimento ou execução) e recorribilidade. Estes dados foram, ainda, divididos por graus (instâncias), nos termos a seguir



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

explicitados (a elaboração dos indicadores é regida pela Resolução nº 76/2009 do CNJ). Os valores referentes a 2022 foram retirados dos dados do Justiça em Números, fornecido pelo CNJ, e os dados de 2023 foram retirados do próprio Painel de Estatística do CNJ.

Tabela 8 – Justiça em Números 2023 (ano-base 2022): Casos em Geral

CASOS EM GERAL	
2º GRAU	2022 (JN)
Casos Novos no 2º Grau Criminais	17.035
Casos Novos no 2º Grau Não-Criminais	51.633
Casos Pendentes no 2º Grau Criminais	11.487
Casos Pendentes no 2º Grau Não-Criminais	65.369
Recursos Internos no 2º Grau	44
Recursos Internos Pendentes no 2º Grau	34
Total de Processos Baixados no 2º Grau Criminais	18.218
Total de Processos Baixados no 2º Grau Não-Criminais	44.225
Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal no 2º Grau	17.778
Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal no 2º Grau	49.188
1º GRAU – CONHECIMENTO	2022 (JN)
Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Criminais	58.438
Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	199.190
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Criminais	209.169
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	441.163
Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento	202
Recursos Internos Pendentes no 1º Grau na Fase de Conhecimento	-
Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Criminais	77.238
Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Não-Criminais	221.256
Sentenças de Conhecimento no 1º grau Criminais	66.269
Sentenças de Conhecimento no 1º grau Não-Criminais	240.545
1º GRAU – EXECUÇÃO	2022 (JN)
Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	27.965
Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	10.482
Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	126.963
Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	65.290
Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	4.410
Execuções de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	6.649
Execuções Judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais	14.039



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	12.437
Execuções Pendentes de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	46.583
Execuções Judiciais Pendentes no 1º Grau, exceto execuções penais	47.035
Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	16.557
Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais e penais	11.723
Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau	23.849
Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º Grau, exceto execuções fiscais	10.767
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	2.385
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	7.781
Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau, exceto execuções penais	22.101
Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau	24.319
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal	11.315
Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º grau	1.994
Sentenças em Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º grau	6.590
Sentenças em Execução Judicial no 1º grau, exceto sentenças em execução penal	27.932
TURMA RECURSAL	2022 (JN)
Casos Novos nas Turmas Recursais Criminais	198
Casos Novos nas Turmas Recursais Não-criminais	22.600
Casos Pendentes nas Turmas Recursais Criminais	204
Casos Pendentes nas Turmas Recursais Não-Criminais	26.527
Recursos Internos nas Turmas Recursais	76
Recursos Internos Pendentes nas Turmas Recursais	58
Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Criminais	444
Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Não-Criminais	39.095
Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal nas Turmas Recursais	258
Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal nas Turmas Recursais	27.046
JUIZADO ESPECIAL – CONHECIMENTO	2022 (JN)
Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	5.612
Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	51.545
Casos Novos Eletrônicos nos Juizados Especiais	67.884
Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	14.846
Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	71.900
Recursos Internos da Fase de Conhecimento nos Juizados Especiais	325
Recursos Internos Pendentes nos Juizados Especiais na Fase de Conhecimento	-
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Criminais	6.793
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Não-Criminais	47.464
Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	9.835
Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	58.166



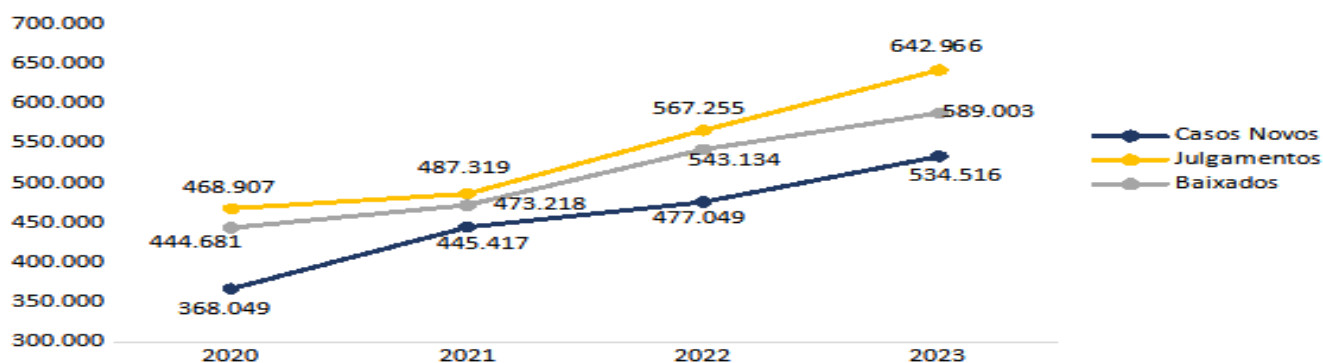
Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

JUIZADO ESPECIAL – EXECUÇÃO	2022 (JN)
Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	6.668
Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	8.269
Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	6
Execuções Judiciais nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	4.050
Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	4
Execuções Judiciais Pendentes nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	12.300
Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	412
Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	6.331
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de liberdade nos Juizados Especiais	10
Total de Processos Baixados de Execução Judicial nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	8.545
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	6.870
Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	7
Sentenças em Execução nos Juizados Especiais Não-Criminais	15.991

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

As tabelas e gráficos a seguir apresentam os principais números relacionados à demanda e à produtividade do TJCE em 2023, com os respectivos percentuais de aumento/redução com relação a exercícios anteriores:

Novos x Julgados x Baixados



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

Tabela 9 – Evolução dos pendentes, casos novos, julgados e baixados 2021-2023

Instância	Pendentes			Casos Novos			Julgados			Baixados		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023	2021	2022	2023	2021	2022	2023
1º Grau	990.911	947.650	758.360	293.209	316.467	364.894	316.679	368.801	431.219	331.173	362.687	362.687
2º Grau	74.549	72.759	75.745	61.546	68.393	69.235	70.944	78.568	87.331	64.235	64.175	70.423



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

Juizados Especiais	95.584	100.581	75.060	67.868	69.564	79.242	76.742	92.074	92.074	64.091	75.697	92.706
Turmas Recursais	34.012	43.197	25.136	22.794	22.625	21.145	22.954	27.812	24.542	13.719	40.575	21.234

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

Pendentes = pendentes líquidos + suspensos

Tabela 10 – Carga de Trabalho e Número de Sentenças/Decisões por Magistrado do TJCE – 2021-2023

Instância	Carga de Trabalho por Magistrado			Sentenças/Decisões por Magistrado		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023
1º Grau	4.094	3.621	4.164	998	1.043	1.197
2º Grau	3.186	2.630	3.359	1.440	1.263	1.485
Juizados Especiais	1.000	1.019	1.424	448	522	622
Turmas Recursais	2.405	2.895	2.464	903	1.187	1.450
Média Geral	4.110	3.675	4.040	1.174	1.221	1.496

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Tabela 11 – Casos Novos e Produtividade por Servidor da Área Judiciária do TJCE – 2021-2023

Instância	Casos Novos por Servidor da Área Judiciária			Índice de Produtividade do Servidor da Área Judiciária		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023
1º Grau	68	78	97	77	89	105
2º Grau	130	147	145	133	134	151
Juizados Especiais	159	173	228	147	176	261
Turmas Recursais	639	691	638	375	1.198	681
Média Geral	85	96	98	90	107	107
Média Geral	85	96	98	90	107	107

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

A taxa de congestionamento (TC) mede a relação entre os processos judiciais baixados e o somatório entre baixados e pendentes no final de 2023, ou seja, mostra o percentual de processos que chegam ao final do ano sem resolução.

Tabela 12 – Evolução da Taxa de Congestionamento 2021-2023

Instância	Taxa de Congestionamento (Geral)		
	2021	2022	2023
1º Grau	74,95%	72,32%	65,21%
2º Grau	54,37%	53,13%	51,82%
Juizados Especiais	59,86%	57,06%	44,74%



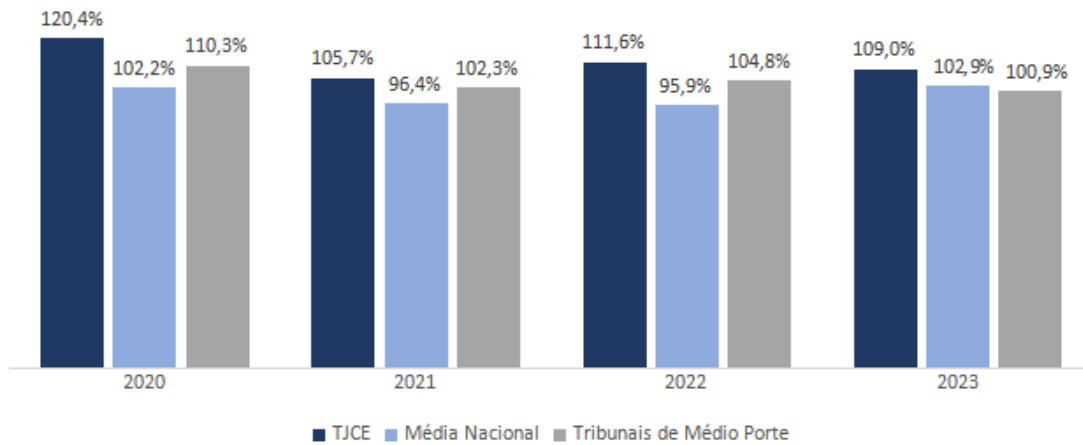
Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

Turmas Recursais	71,26%	51,56%	54,21%
------------------	--------	--------	--------

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Já o Índice de Atendimento a Demanda (IAD) é medida pela relação entre o total de processos judiciais baixados e o total de processos novos (Baixas/CN), retratando o percentual de saída dos processos em relação aos que entram.

Índice de Atendimento à Demanda



Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ)



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

RESULTADOS DAS METAS E INDICADORES DE DESEMPENHO NO PPA em 2023

Sobre os resultados obtidos em 2023 dos indicadores de desempenho previstos e aprovados no tema estratégico “5.1–Justiça” do Eixo “5–Ceará Pacífico” constantes no *Plano Plurianual (PPA 2020-2023)* para os quais o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), na qualidade de órgão gestor, contribui quando da execução de seus programas temáticos de governo (Programas nº “512–Excelência no Desempenho da Prestação Jurisdicional”, e nº “513–Integração do Sistema de Justiça Criminal-Integra”), a Tabela 1 traz os resultados apurados do desempenho dos indicadores dos programas finalísticos.

Tabela 1-Desempenho dos Indicadores dos programas

PROGRAMA 512-EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL						
Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia na promoção da Justiça						
Indicador de Resultado	Unidade	Ano	Meta	Resultado	% Realização	Situação do indicador
Sentenças proferidas por magistrado	Sentença por magistrado	2023	1.236,00	1.496,00	121,04	Favorável e tende a melhorar
Índice de produtividade do servidor	Processo por servidor	2023	126,00	107,22	85,10	Favorável e tende a melhorar
Taxa de congestionamento	Percentual	2023	62,00	63,73	97,21	Favorável e tende a melhorar
Índice de atendimento à demanda	Percentual	2023	120,07	108,98	90,76	Favorável e tende a melhorar
PROGRAMA 513-INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)						
Objetivo: Melhorar a segurança, a qualidade, a confiabilidade e a celeridade das informações intercambiadas entre o Poder Judiciário do Estado do Ceará, a Secretaria da Administração Penitenciária e a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e vinculadas.						
Indicador de Resultado	Unidade	Ano	Meta	Resultado	% Realização	Situação do indicador
Quantidade de serviços tecnológicos da área criminal e infracional integrados	Número	2023	-	-	-	Descontinuado



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório de Monitoramento do Programa do PPA 2020-2023– Período: janeiro-dezembro de 2023).

Ao analisar o indicador “*Sentenças proferidas por magistrado*”, destaca-se que, tanto o ingresso de novos juízes quanto o aumento da produtividade de magistrados e a atuação do Núcleo de Produtividade Remota com apoio do Núcleo de Qualidade da Informação (NQI) e do Núcleo de Apoio às Comarcas do Interior (Nupaci) no julgamento de processos corroboraram para o bom resultado do indicador em 2023, em que os magistrados conseguiram ultrapassar a meta anual de sentenças proferidas. Como resultado, de um total de 638.787 sentenças proferidas por 427 magistrados, o indicador apresentou um desempenho favorável no ano, com bons resultados obtidos nos dois semestres, e atingiu percentual de 121,04%, superando, dessa forma, a meta projetada para o período.

Com relação ao indicador “*Índice de produtividade do servidor*”, também apresentou desempenho favorável, embora ainda inferior ao esperado. O índice alcançou percentual de realização de 85,1% da meta projetada para 2023, e mede a relação entre o volume de processos baixados e o número de servidores ativos que atuaram no período, computando-se um total de 627.559 processos baixados por 5.853 servidores. Destaca-se que esse resultado foi impactado pelo ingresso de novos servidores nos últimos dois anos, incluindo o ano de 2023. Assim, embora a produtividade de 2023 apresente melhora em relação a 2022, quando atingiu percentual de realização de 74,19% da meta, reduz a média de produtividade. Isso porque os novos servidores nomeados ao longo do ano de 2023 não conseguiram produzir em todos os meses do ano. Contudo, levando em conta a curva de aprendizado, e o aumento da força de trabalho, a tendência é que a produtividade atinja os patamares estimados para os próximos anos.

Acerca do indicador “*Taxa de congestionamento*”, mede o percentual de processos não finalizados no ano, cuja baixa definitiva ocorre quando todas as determinações constantes na sua sentença foram cumpridas pelas partes litigantes, calculado pela fórmula: $[CASOS\ PENDENTES / (CASOS\ PENDENTES + PROCESSOS\ BAIXADOS)]$. Desse modo, ocorrendo o trânsito em julgado e não havendo mais movimentações processuais necessárias e/ou pendentes, o processo poderá ser baixado definitivamente, e não será contabilizado mais no acervo pendente do Tribunal. Portanto, quanto menor for a taxa, maior será a facilidade do Tribunal em lidar com seu estoque de processos. Esse indicador apresentou desempenho favorável no ano de 2023, em que foram baixados 627.559 processos, e constavam 1.102.531 casos pendentes de baixa, resultando em taxa de congestionamento de 63,73% em 2023 $[1.102.531 / (1.102.531 + 627.559) = 0,6373]$, e percentual de realização de 97,21%, bem próximo de atingir à meta projetada para o ano. Isso



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

demonstra o compromisso do TJCE com produtividade e celeridade na prestação jurisdicional. Destaca-se que o resultado favorável do indicador é reflexo do aumento da produtividade de servidores e magistrados, decorrente do acréscimo que houve na força de trabalho do Poder Judiciário cearense por meio de nomeações desses agentes nos últimos dois anos, contribuindo para dar maior vazão aos processos judiciais. Destaca-se ainda a contribuição do Núcleo de Produtividade Remota, que adotou novo modelo de atuação em 2023, com apoio do Núcleo de Qualidade da Informação (NQI), e do Núcleo de Apoio às Comarcas do Interior (Nupaci), na detecção de focos de congestionamento e na providência de soluções para a realização dos julgamentos nas comarcas de Fortaleza e do Interior, baixando os estoques de processos no 1º e no 2º Grau da Justiça, que juntos corroboraram para o bom resultado do indicador.

O “Índice de atendimento à demanda processual” do Poder Judiciário reflete a capacidade de o Tribunal dar vazão ao volume de casos ingressados. Quando o índice é inferior ao patamar de 100%, há aumento no número de casos pendentes. O indicador apresentou desempenho favorável durante o ano de 2023, visto que alcançou percentual de realização de 90,76% em relação à meta projetada. Considerando que o indicador mede a relação entre o número de processos baixados e o número de casos novos no mesmo período, seu resultado de 108,98%, que se manteve superior a 100%, no qual se computou um total de 575.833 casos novos e de 627.559 processos baixados, evidencia os esforços do Tribunal em dar vazão ao volume de casos ingressados, permitindo reduzir o número de casos pendentes. Destaca-se que tanto o aumento da produtividade de magistrados e servidores, quanto a atuação do Núcleo de Produtividade Remota, que adotou novo modelo em 2023, com apoio do Núcleo de Qualidade da Informação (NQI), e do Núcleo de Apoio às Comarcas do Interior (Nupaci), corroboraram para o bom resultado do indicador em 2023.

Por fim, acerca do indicador “Quantidade de serviços tecnológicos da área criminal e infracional integrados”, vale destacar que o projeto estratégico “Padronização e integração do mandado de prisão”, que previa a integração dos serviços de envio e cumprimento do mandado de prisão, além do contramandado de prisão, acabou sendo descontinuado, uma vez que a SSPDS/PCCE substituiu seu sistema por meio do qual haveria a integração, tornando impossibilitada a continuidade do referido projeto para permitir a integração com o sistema do TJCE, de modo que nenhuma entrega efetiva foi realizada em 2023. Dessa forma, não há mais possibilidade de atualizações no que diz respeito à entrega “SERVIÇO TECNOLÓGICO INTEGRADO”, que previa a integração dos sistemas a ser realizada por meio de tecnologia Web Service. Os agentes envolvidos, após realizar uma análise de viabilidade do Programa “513-INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)”, decidiram sobre sua descontinuidade no âmbito do PPA desde o final de 2021, dada sua inviabilidade, especialmente para a concepção do próximo



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

plano de governo.

Na Tabela 2 são apresentadas informações referentes ao desempenho físico das entregas de iniciativa dos programas finalísticos em 2023.

Tabela 2-Desempenho físico das Entregas dos Programas

PROGRAMA 512-EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL								
Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia na promoção da Justiça								
Iniciativa	Entrega	Unidade	Meta física programada para 2023	Realizado em 2023	% Execução Física	Loa + créditos 2023	Empenhado 2023	% Execução orçamentária- financeira
512.1.01 - Qualificação da prestação jurisdicional	409-PESSOA CAPACITADA	Número Absoluto	2.214,00	3.547,00	160,21	4.236.852,00	1.790.821,13	42,27
	950 - MODELO DE GESTÃO IMPLANTADO	Percentual	25,00	25,00	100,00	1.771.936,00	1.435.195,92	81,00
	1.637 - SISTEMA DE GESTÃO MODERNIZADO	Percentual	19,04	19,04	100,00	8.445.255,55	1.028.099,93	12,17
512.1.02- Promoção da oferta de serviços judiciais	1.350 - UNIDADE JUDICIÁRIA MANTIDA	Número Absoluto	514,00	713,00	138,72	1.332.510.650,12	1.320.000.898,08	99,06
512.1.03 - Qualificação da estrutura física e tecnológica da oferta dos serviços judiciais.	477- PROJETO IMPLANTADO	Percentual	20,00	20,00	100,00	23.493.809,00	18.707.065,66	79,63
	1.348- UNIDADE JUDICIÁRIA ESTRUTURADA	Número Absoluto	159,00	252,00	158,49	63.445.616,56	35.101.297,08	55,33
512.1.04 - Promoção de serviço cartorário gratuito.	1.606- SERVIÇO EXTRAJUDICIAL OFERTADO	Número Absoluto	377.150,00	430.757,00	114,21	38.400.791,00	32.882.607,97	85,63
512.1.05 - Implantação da transformação digital para aprimoramento dos serviços ao cidadão.	1.664- SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA	Percentual	33,33	33,33	100,00	12.080.895,75	6.978.721,54	57,77



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

PROGRAMA 513-INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)								
Objetivo: Melhorar a segurança, a qualidade, a confiabilidade e a celeridade das informações intercambiadas entre o Poder Judiciário do Estado do Ceará, a Secretaria da Administração Penitenciária e a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e vinculadas.								
Iniciativa	Entrega	Unidade	Meta programada para 2023	Realizado em 2023	% Execução Física	Loa + créditos 2023	Empenhado 2023	% Execução orçamentária- financeira
513.1.01 - Qualificação da comunicação entre os órgãos do Sistema de Justiça Criminal.	1.485-SERVIÇO TECNOLÓGICO INTEGRADO	Número Absoluto	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório de Monitoramento do Programa do PPA 2020-2023 – Período: janeiro-dezembro de 2023).

No que concerne ao Programa “512-EXCELENCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL”, as principais realizações concluídas em 2023 dizem respeito às seguintes entregas: 3.547 pessoas capacitadas, 713 unidades judiciárias mantidas, 430.757 serviços cartorários gratuitos ofertados e 252 unidades judiciárias estruturadas.

Destacam-se os seguintes pontos: 1) o programa de capacitação de servidores e magistrados foi executado de forma a alcançar um percentual de execução física de 160,21% da meta anual estipulada para 2023, a despeito de uma execução financeira-orçamentária aquém do esperado. O bom resultado da entrega física pode ser explicado pelo fato de a oferta de cursos e de capacitações terem ocorrido também em sua grande parte por formadores internos, cujo custo é bem menor do que a contratação de formadores externos (de mercado), e com utilização em sua grande parte de recursos próprios provenientes da arrecadação do Fermoju, considerando que os recursos previstos provenientes do financiamento pelo BID foram pouco executados tendo em vista a política de replanejamento e priorização da aplicação de recursos segundo regras do agente financiador; 2) a manutenção das unidades judiciárias das comarcas da capital e do interior, cujos serviços de manutenção prestados apresentam caráter de continuidade, também atingiu um percentual de execução física realizada de 138,72% de unidades judiciárias mantidas superior à meta física programada para o ano de 2023, frente a uma execução orçamentária/financeira próxima de 99,06%, o que reflete uma proximidade com o planejamento; 3) os serviços extrajudiciais (cartorários) alcançaram um percentual realizado de execução física de 114,21% de atos cartorários de registro civil gratuitos superior à meta física programada para o ano de 2023, frente a uma execução orçamentária/financeira próxima de 90%, o que reflete uma proximidade com o planejamento; e 4) a estruturação de unidades judiciárias, a fim de contribuir para a



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

qualificação da estrutura física e tecnológica da oferta dos serviços judiciais atingiram um percentual de execução física de 166,85%, cujo resultado se deve principalmente à substituição de microcomputadores e notebooks e substituição de sistema judicial antigo por novo, através da implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) em diversas unidades de comarcas da capital e do interior, contribuindo ainda as reformas e ampliações das estruturas físicas de fóruns do interior, como Uruburetama, Pacatuba, Marco, Crato, Beberibe e Jaguaribe.

Cabe esclarecer que as demais entregas do programa “512-EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL” (“950-MODELO DE GESTÃO IMPLANTADO”, “1.637-SISTEMA DE GESTÃO MODERNIZADO”, “477-PROJETO IMPLANTADO” e “1.664-SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA”), relacionados aos projetos dos produtos do Programa de Modernização do Judiciário (Promojud), todas tiveram o acompanhamento da execução física dos produtos do Promojud baseado na elaboração de relatórios anuais informando de forma qualitativa o avanço dos produtos, de acordo com regra e exigência do agente financiador (BID), que constou na adequação do PPA realizada no final de 2022. Nesse sentido, todas as entregas atingiram percentual de realização de 100% das metas físicas, tendo em vista a completude dos relatórios informando o avanço dos produtos ao longo de 2023.

Dessa forma, como principais realizações da entrega “1637 – SISTEMA DE GESTÃO MODERNIZADO” (Produto 2.1 – Governança e gestão estratégica aprimoradas; Produto 2.2 – Gestão orçamentária e financeira modernizada; Produto 2.3 – Gestão de custos implantada; Produto 2.5 – Capital humano aprimorado; e Produto 2.6 – Programa de desenvolvimento de mulheres líderes implementado) tem-se: Capacitação em gestão completa e eficiente do patrimônio público; Curso de Excel Básico ao Avançado; Curso de Power BI Básico ao Avançado; e Curso de libras, que foram concluídos em 2023. Encontram-se ainda em andamento importantes outras ações atinentes à referida entrega, como: Consultoria em Design Thinking; Consultoria especializada em Gestão Estratégica e Projetos; Licenças, Suporte e capacitação do Brisk; Solução tecnológica de Gestão Estratégica Brisk; Consultoria individual para preparação de TRs, avaliação de propostas e controle de qualidade da solução tecnológica de gestão de demandas; Consultoria técnica especializada no âmbito de Gestão de Licitações e Contratações Públicas; Serviços especializados de levantamento e diagnóstico dos bens móveis e intangíveis, compreendendo os inventários, as reavaliações e o saneamento do sistema; Solução tecnológica de Folha/RH; Capacitação em gestão de mudanças; Consultoria em mapeamento de competências e levantamento de perfis dos cargos; Programa de Desenvolvimento de Gestores com foco em Gestão e Comunicação; e MBA em Gestão Pública e Inovação no Poder Judiciário.

A principal realização da entrega “950 – MODELO DE GESTÃO IMPLANTADO” (A1-



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

Monitoramento e avaliação; e A2-Auditoria) foi a Primeira Auditoria do Promojud realizada. Encontram-se ainda em andamento importantes outras ações atinentes à referida entrega, como: Consultoria individual de Intérprete de idiomas; Consultoria individual para preparação de TRs e avaliação de propostas, notadamente nas fases de pesquisa de preços, orçamentação e compras; Consultor individual para atuar na avaliação experimental de Harvard (Pesquisador local); Contratação de empresa de auditoria externa; e Consultoras individuais para apoio às aquisições do Promojud.

Com relação à entrega “477 – PROJETO IMPLANTADO” (Produto 1.2 – Infraestrutura tecnológica modernizada), tem-se como realizações as aquisições de computadores e notebooks. Encontram-se ainda em andamento importantes outras ações atinentes à referida entrega, como: Suporte técnico para os balanceadores de carga; Serviço de Sustentação e Desenvolvimento de Sistemas; Solução tecnológica de Serviços Integrados para Solução de Colaboração; e Solução tecnológica de manutenção de servidores.

No que diz respeito à entrega “1664 – SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA” (Produto 1.1 – Processos otimizados e automatizados, Produto 1.3 – Centro de operações de Cibersegurança implementado, Produto 1.4 – Atendimento à população modernizado e aperfeiçoado, Produto 1.5 – Processo Judiciário célere e cognitivo, Produto 1.6 – Promoção da equidade de gênero nos serviços judiciários e Produto 2.4 – Gestão da qualidade implantada), tem-se a contratação de empresa para prestar serviços técnicos continuados de sustentação/desenvolvimento de sistemas e serviços eventuais sob demanda. Encontram-se ainda em andamento importantes outras ações atinentes à referida entrega, como: Consultoria especializada em Gestão de Processos (BPM); Consultor especializado em desenvolvimento de robôs; Consultor para avaliação de propostas e controle de qualidade do Projeto Arquitetura corporativa; Consultoria especializada em atendimento; Serviços de Operador de Atendimento Especializado – Pje; Serviços de Sustentação e Desenvolvimento do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – Pje; Consultores especializados em Inteligência Artificial; Analistas de negócio – Pje; e Consultoria Especializada em Gestão da Qualidade.

De uma forma geral, o desempenho físico-financeiro das entregas vinculadas às iniciativas do programa 512 mostrou-se satisfatório durante o ano de 2023, tendo em vista que as referidas entregas atingiram e até ultrapassaram as metas previstas para 2023.

Quanto aos indicadores do programa, conforme já mencionado, todos apresentaram resultados satisfatórios, com alguns ultrapassando ou ficando bem próximos da meta: o *Índice de atendimento à demanda* alcançou percentual de realização de 90,76% em relação à meta anual; a *Taxa de congestionamento* ficou próximo da meta prevista, com percentual de realização de 97,21%; *Sentenças proferidas por magistrado* ultrapassou a meta anual com 121,04% de realização; e *Índice de produtividade do servidor*, com 85,10% de



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

realização.

Já com relação ao Programa “513-INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)”, nenhuma entrega efetiva referente ao “SERVIÇO TECNOLÓGICO INTEGRADO” foi realizada no período de janeiro a dezembro de 2023, tendo em vista que o *Projeto de Padronização e Integração do Mandado de Prisão* acabou sendo descontinuado, conforme relatado anteriormente.

Dando continuidade à análise, nas Tabelas 4 e 5 são evidenciados o desempenho orçamentário e financeiro dos programas por Órgão Executor e por Fonte de Recursos durante o exercício de 2023.

Tabela 4-Desempenho Orçamentário/Financeiro dos Programas (por Órgão Executor)

PROGRAMA 512-EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL					
Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia na promoção da Justiça					
Execução orçamentária/financeira (por Órgão Executor)					
Órgão Executor	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
TJ	1.232.883.620,12	1.211.249.111,08	1.207.943.801,52	98,25	97,98
FERMOJU	231.536.753,86	189.019.816,07	154.722.963,86	81,64	66,82
FUNSEG	2.160.000,00	491.389,28	491.389,28	22,75	22,75
FECDOJ	17.805.432,00	17.164.390,88	17.164.390,88	96,40	96,40
TOTAL	1.484.385.805,98	1.417.924.707,31	1.380.322.545,54	95,52	92,99
PROGRAMA 513-INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)					
Objetivo: Melhorar a segurança, a qualidade, a confiabilidade e a celeridade das informações intercambiadas entre o Poder Judiciário do Estado do Ceará, a Secretaria da Administração Penitenciária e a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e vinculadas.					
Execução orçamentária/financeira (por Órgão Executor)					
Órgão Executor	Lei + Créditos (A)	Empenhado(B)	Pago(C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
TJ	-	-	-	-	-
FERMOJU	0,70	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNSEG	-	-	-	-	-
FECDOJ	-	-	-	-	-
TOTAL	0,70	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório de Monitoramento do Programa do PPA 2020-2023 - Período: janeiro-dezembro de 2023).



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

Tabela 5-Desempenho Orçamentário/Financeiro dos Programas (por Fonte de Recursos)

PROGRAMA 512-EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL					
Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia na promoção da Justiça					
Execução orçamentária/financeira (por Órgão Executor)					
Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
754 – RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	44.907.713,00	24.158.417,61	23.396.307,45	53,80	52,10
756 - RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ATIVOS – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	523.481,00	469.228,01	223.570,85	89,64	42,71
500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	1.201.154.123,12	1.199.970.004,89	1.197.426.805,49	99,90	99,69
759 - RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS	237.800.488,86	193.327.056,80	159.275.861,75	81,30	66,98
TOTAL	1.484.385.805,98	1.417.924.707,31	1.380.322.545,54	95,52	92,99
PROGRAMA 513-INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)					
Objetivo: Melhorar a segurança, a qualidade, a confiabilidade e a celeridade das informações intercambiadas entre o Poder Judiciário do Estado do Ceará, a Secretaria da Administração Penitenciária e a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e vinculadas.					
Execução orçamentária/financeira (por Órgão Executor)					
Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
70 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,70	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,70	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório de Monitoramento do Programa do PPA 2020-2023 - Período: janeiro-dezembro de 2023).

É possível verificar que, no geral, em 2023 houve um bom desempenho do Programa 512, em termos de execução orçamentário-financeira, chegando a alcançar um patamar global de execução superior a 90% do orçamento autorizado para o Programa. Do mesmo modo, os órgãos executores do programa também



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

apresentaram desempenho satisfatório, especialmente TJ e FECDOJ, cujos percentuais de execução orçamentário-financeira ultrapassaram ou se aproximaram dos 90% do orçamento aprovado, contribuindo, positivamente, para a execução do referido programa. Com relação ao FERMOJU, embora o órgão tenha alcançado percentual de execução superior a 80%, cabe destacar que alguns importantes investimentos previstos para serem executados em 2023, com destaque para obras e construções previstas no Plano de Obras do Tribunal de Justiça, tiveram que ser replanejados para 2024, devido, principalmente, a entraves no processo licitatório.

Entretanto, observa-se que o FUNSEG apresentou execução orçamentário-financeira num patamar bem abaixo das outras fontes, cerca de 22% dos recursos empenhados, que se referem basicamente a uma despesa de exercícios anteriores pertinente ao CT 96/2019 para construção do novo Fórum de Senador Pompeu. Destaca-se que, ainda em 2023, com vistas a alavancar e otimizar a execução orçamentária do FUNSEG, considerando o objetivo estratégico de promover estrutura física segura, acessível, sustentável e flexível – Plano Estratégico 2030, foi criado um grupo técnico de trabalho para planejamento das contratações de segurança do Poder Judiciário do Estado do Ceará, instituído pela Portaria nº 1545/2023, de 28 de junho de 2023. Entre as contratações, estão previstos serviços de segurança armada, monitoramento eletrônico, locação de pódicos detectores de metais, catracas eletrônicas e de *scanners* de bagagens do tipo raio-x. Ressalta-se que as referidas contratações foram submetidas à aprovação superior do Comitê Executivo (Coex) Estratégico, computando como projeto setorial de “*Fortalecimento da segurança pessoal e física do Poder Judiciário*” sob gestão da Assistência Militar, com recursos do Funseg aprovados da ordem de R\$ 31.517.476,51 para desembolso no biênio 2024-2025, e devidamente previstas para iniciar sua execução a partir do orçamento vigente de 2024. Nesse sentido, com os avanços das referidas iniciativas, espera-se que a execução do FUNSEG seja alavancada nos exercícios vindouros.

Ressalta-se que as Fontes de Recursos “756 - RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ATIVOS – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA”, “500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS” e “759 - RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS” já apresentaram desempenho satisfatório, contribuindo, de forma positiva, para a execução do referido programa. Apenas a Fonte “754 – RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO” apresentou execução orçamentário-financeira num patamar inferior às outras fontes, tendo em vista atrasos que ocorreram em virtude da liberação de recursos do financiamento e do ajuste no planejamento das contratações autorizadas pelo Banco (BID), porém já apresentou uma melhor execução se comparada ao ano anterior de 2022, e não gerou entraves para o bom desempenho orçamentário-financeiro geral apresentado pelo Programa 512.



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

Por outro lado, o programa 513 não apresentou nenhum valor de execução orçamentário-financeira em 2023, evidenciando dificuldade de implementação que culminou na proposta de sua descontinuidade.



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará é composto de 4 unidades orçamentárias em sua estrutura, que são:

- Tribunal de Justiça - CNPJ 09.444.530./0001-01;
- Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário – FERMOJU – CNPJ 41.655.846/0001-47;
- Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG - CNPJ 16.368.546/0001-30; e
- Fundo Especial de Custeio das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça – FECDOJ – CNPJ 28.686.205/0001-91.



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2023
LEI Nº 18.275, de 22/12/2022
Consolidado por Órgão

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Acumulado até: DEZEMBRO		
				Pago	% Emp.	% Pago
04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.573.841.699,00	1.613.012.793,00	1.589.106.675,40	1.585.584.357,77	98,52	98,30
04200001 FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	220.231.343,00	295.380.123,56	250.739.054,60	210.953.896,29	84,89	71,42
04200003 FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS	3.887.882,00	3.887.882,00	661.973,68	661.973,68	17,03	17,03
04200004 FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	17.105.432,00	17.805.432,00	17.164.390,88	17.164.390,88	96,40	96,40
Total Geral	1.815.066.356,00	1.930.086.230,56	1.857.672.094,56	1.814.364.618,62	96,25	94,00

Cada um desses órgãos possui orçamento e execução orçamentária e financeira distintos, apresentando o Tribunal de Justiça a seguinte execução orçamentária em 2023:

Tabela 05 - Execução Orçamentária 2023 – Tribunal de Justiça



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2023
LEI Nº 18.275, de 22/12/2022
Consolidado por Órgão e Grupo de Despesa

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Acumulado até: DEZEMBRO		
				Pago	% Emp.	% Pago
04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.573.841.699,00	1.613.012.793,00	1.589.106.675,40	1.585.584.357,77	98,52	98,30
31 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.306.670.048,00	1.326.488.861,00	1.323.490.579,53	1.320.760.248,47	99,77	99,57
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	242.222.585,00	270.551.601,00	255.635.654,87	254.843.668,30	94,49	94,19
44 INVESTIMENTOS	24.949.066,00	15.972.331,00	9.980.441,00	9.980.441,00	62,49	62,49
Total Geral	1.573.841.699,00	1.613.012.793,00	1.589.106.675,40	1.585.584.357,77	98,52	98,30

Fonte:

Secretaria de Finanças do TJCE

O Tribunal de Justiça, dentro desta quádrupla estrutura orçamentária e financeira, é o órgão gestor dos



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

recursos oriundos do Tesouro Estadual do Ceará. Seu principal Grupo de Despesa é o Pessoal e Encargos Sociais, cuja execução, em 2023, representou 82,05% dos recursos disponíveis, sendo assim distribuídos:

Tabela 6 – Execução Orçamentária 2023 – Tribunal de Justiça – Pessoal e Encargos Sociais



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2023
LEI Nº 18.275, de 22/12/2022
Consolidado por Órgão e Elemento

Acumulado até: DEZEMBRO
PERCENTUAL S/ AUTORIZADO

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.306.670.048,00	1.326.488.861,00	1.323.490.579,53	1.320.760.248,47	99,77	99,57
03 PENSÕES	4.603.727,00	4.603.727,00	3.169.569,01	3.169.569,01	68,85	68,85
07 CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	354.840,00	1.145.367,86	1.145.367,86	1.145.367,86	100,00	100,00
11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.052.115.978,00	1.057.476.013,69	1.057.476.013,69	1.056.587.627,54	100,00	99,92
12 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	6.176.203,00	6.555.697,25	6.555.697,25	6.555.697,25	100,00	100,00
13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	227.695.315,00	240.147.597,22	239.740.127,89	237.902.737,78	99,83	99,07
16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	6.552.152,00	9.396.118,40	9.396.118,40	9.396.118,40	100,00	100,00
92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.679.706,00	5.431.803,00	5.035.799,30	5.035.799,30	92,71	92,71
96 RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	1.492.127,00	1.732.536,58	971.886,13	967.331,33	56,10	55,83

Fonte:

Secretaria de Finanças do TJCE

Relativamente ao Grupo de Despesa Outras Despesas Correntes, tem-se o seguinte detalhamento:

Tabela 7 – Execução Orçamentária 2022 – Tribunal de Justiça – Outras Despesas Correntes



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2023
LEI Nº 18.275, de 22/12/2022
Consolidado por Órgão e Elemento

Acumulado até: DEZEMBRO
PERCENTUAL S/ AUTORIZADO

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	242.222.585,00	270.551.601,00	255.635.654,87	254.843.668,30	94,49	94,19
08 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	42.644.510,00	59.281.631,12	59.281.631,12	59.280.431,12	100,00	100,00
14 DIÁRIAS - CIVIL	3.205.153,00	2.401.156,70	2.400.734,34	2.400.734,34	99,98	99,98
15 DIÁRIAS - MILITAR	94.725,00	322.336,45	322.336,45	322.336,45	100,00	100,00
30 MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	8.663.067,00	10.638.162,04	4.027.451,16	3.800.473,78	37,86	35,72
36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	32.156.838,00	15.771.079,00	15.771.079,00	15.771.078,90	100,00	100,00
37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.691.409,00	3.695.888,50	293.636,50	293.636,50	7,94	7,94
40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	5.799.171,00	14.374.483,60	9.755.020,13	9.219.887,35	67,86	64,14
46 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	97.523.300,00	96.127.297,00	96.127.297,00	96.127.297,00	100,00	100,00
47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.081.206,00	642.018,20	642.018,20	613.341,89	100,00	95,53
91 SENTENÇAS JUDICIAIS	21.552,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.550.321,00	2.205.497,32	2.174.488,69	2.174.488,69	98,59	98,59
93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	42.686.333,00	65.087.051,07	64.839.962,28	64.839.962,28	99,62	99,62

Fonte:

Secretaria de Finanças do TJCE

Relativamente ao Grupo de Despesa Investimentos, tem-se o seguinte detalhamento:



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

Tabela 8 – Execução Orçamentária 2023 – Tribunal de Justiça – Investimentos



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2023
LEI Nº 18.275, de 22/12/2022
Consolidado por Órgão e Elemento

Acumulado até: DEZEMBRO
PERCENTUAL S/ AUTORIZADO

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	24.949.066,00	15.972.331,00	9.980.441,00	9.980.441,00	62,49	62,49
30 MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	13.749.063,00	4.186.592,00	334.020,00	334.020,00	7,98	7,98
51 OBRAS E INSTALAÇÕES	283.333,00	283.333,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.896.670,00	11.482.406,00	9.646.421,00	9.646.421,00	84,01	84,01

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Convém destacar, quanto à despesa com pessoal, no exercício sob comento, a manutenção da preocupação relativa ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo sido executado um montante que representa 4,08% da RCL, estando, pois, abaixo do limite de alerta de 5,40% e do limite prudencial de 5,70%, previstos na Lei Complementar nº 101/2000.



Relatório de Desempenho da Gestão 2023– FUNSEG

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES OUTROS

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), no exercício de 2023, não recebeu nenhum recurso por transferências mediante convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição. Mantem o convênio com o Conselho de Presidentes dos Tribunais Justiça (CV SN-2022), que prevê na Clausula Terceira que o TJCE pagará anualmente a importância de R\$ 60 Mil reais correspondentes à contribuição para o custeio das despesas do CONSELHO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA. Entretanto, não houve repasse no exercício financeiro de 2023.

Eis, em síntese, o que se tinha a relatar.

Atenciosamente,

Rafaella Lopes Ferreira
Secretária de Planejamento e Gestão